



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1.981

QUARTA-FEIRA

lência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

“CURRICULUM VITAE”

DADOS PESSOAIS:

NOME: CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA

NATURALIDADE: UNIÃO DA VITÓRIA – PARANÁ

DATA DE NASCIMENTO: 16 de maio de 1940

FILIAÇÃO: CÂNDIDO MACHADO DE OLIVEIRA NETTO e
JUPIRA MARTINS DE OLIVEIRA

ESTADO CIVIL: CASADO

NOME DA ESPOSA: MARIA CRISTINA GIGLIO MARTINS
DE OLIVEIRA

NOME DOS FILHOS: LUCIANA, ADRIANA, SUZANA e
ANA CRISTINA.

RESIDÊNCIA : Rua Manoel Correa de Freitas, nº 5 - JARDIM
ALVORADA II – CURITIBA – PR.

FONE: 262-5183

CURSOS REGULARES:

PRIMÁRIO: Grupo Escolar Marcelino Pontes, em Clevelândia-Pr.

SECUNDÁRIO: Colégio Santa Maria e Colégio Estadual do
Paraná, em Curitiba-Pr.

SUPERIOR: Faculdade de Direito da Universidade Federal do
Paraná.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO:

Extensões Universitárias em DIREITO CONSTITUCIONAL,
PROCESSO CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO DO
TRABALHO.

Curso de ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVO, em Curitiba-Pr.

ATIVIDADES ESTUDANTIS:

- Presidente do Grêmio dos Alunos do Colégio Santa Maria;
- Orador do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná;
- Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários;
- Representante do Paraná em quatro Encontros e Congressos Estudantis do Brasil, a nível secundário e universitário;

ATIVIDADES PÚBLICAS:

- Chefe de Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.
- Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Paraná.
- Chefe de Gabinete do Secretário da Educação e Cultura.
- Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR.
- Chefe da Casa Civil do Governador do Estado
- Secretário de Estado da Educação e Cultura
- Deputado Estadual do Paraná
- Membro das Comissões de Constituição e Justiça, Instrução Pública e Redação Final (Presidente)
- Líder da Bancada e do Governador Parigot de Souza na Assembléia Legislativa do Paraná
- Vice-Presidente e Presidente do Diretório Regional da ARENA – Paraná.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Del Ciel, Gernote Kirinus, João Elisio, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Pinto Dias, Renato Bernardi, Wilson Fortes e José Tavares (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM:

Mensagem nº 33/81

Curitiba, 17 de março de 1981.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, “in-fine” e 41, § 3º da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A larga experiência profissional do indicado, como advogado militante por muitos anos e a expressiva folha de serviços prestados à causa pública, como Deputado Estadual, Secretário de Estado da Educação em dois períodos de governo, Secretário-Chefe da Casa Civil, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e em outras importantes funções, conferem-lhe plenas condições para exercer com a maior eficiência as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

A fim de que essa augusta Casa possa melhor julgar a indicação ora formulada é anexado “curriculum vitae” do Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Exce-

- Secretário Geral do Diretório Regional da ARENA-Pr.
- Secretário da Educação e Cultura do Paraná.
- Presidente do Conselho Diretor da FUNDEPAR.
- Presidente do Conselho Diretor da Fundação Teatro Guaíra.
- Presidente Nato do Conselho Estadual de Educação.
- Presidente da Reunião Anual de Secretários de Educação e Cultura.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

- Funcionário da Assembléia Legislativa do Paraná.
- Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná
- Advogado Militante em Curitiba
- Diretor Geral das Televisões Iguaçu-Canal 4 de Curitiba e Tibagi-Canal 11, de Apucarana
- Diretor Geral da Rádio Capital, em Curitiba
- Comentarista e apresentador de Programas de Televisão e Rádios, em Curitiba
- Relator de Teses no Encontro de Tribunais de Contas, realizado em Maceió-Alagoas
- Participante e Conferencista da Reunião do Instituto Rui Barbosa, Órgão dos Tribunais de Contas, realizada em Curitiba
- Como Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, emitiu mais de quatro mil pareceres aprovados pelo Plenário
- Conferencista da Escola Superior de Guerra, Cursos da Escola Superior de Guerra, em Curitiba e Ponta Grossa
- Palestras na Universidade Católica do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, além de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau.

VIAGENS AO EXTERIOR:

Em 1972, a convite do Departamento de Estado, visita aos Estados Unidos para estudar Controle de Contas;

Em 1975, a convite do Governo, à Alemanha, para estudar o Preceito Educacional;

Além desses Países: Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Alemanha Oriental, México, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.

OBRAS EDITADAS:

- A Reforma Educacional no Paraná - 1972
- A Outra Face da Educação - 1974
- Programa Para Uma Reforma Partidária - 1975
- Discursos no Legislativo Paranaense - 1974
- Dicionários da Língua Portuguesa, em um, dois e três volumes, Editora GRAFIPAR, PR.
- Ao Departamento Legislativo

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Por meio desta, encaminhamos a Vossa Excelência a relação dos Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para compor as diversas comissões técnicas desta Casa de Leis:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares
DENI SCHWARTZ
RENATO BERNARDI
WALDYR PUGLIESI
FIDELCINO TOLENTINO
NESTOR BAPTISTA

Suplentes
JOSÉ TAVARES
LINEU TURRA
DARCY DEITOS
TRAJANO BASTOS
MÁRIO CELSO

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares
DARCY DEITOS
WALDYR PUGLIESI

Suplentes
TADEU LÚCIO MACHADO
DENI SCHWARTZ

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

DARCY DEITOS
TRAJANO BASTOS

NESTOR BAPTISTA
TADEU LÚCIO MACHADO

COMISSÃO DE AGRICULTURA

DENI SCHWARTZ
TRAJANO BASTOS

GERNOTE KIRINUS
ANTÔNIO ROMERO

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GILBERTO A. FILHO
CARLOS ZANLORENZI

LINEU TURRA
MÁRIO CELSO

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSP. E COM.

MÁRIO CELSO
TADEU LÚCIO MACHADO

DENI SCHWARTZ
ROMERO FILHO

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

NESTOR BAPTISTA
MÁRIO CELSO

GILBERTO A. FILHO
GERNOTE KIRINUS

COMISSÃO DE TERRAS, IMIG. E COLON.

GERNOTE KIRINUS
TRAJANO BASTIS

NELTON FRIEDRICH
ROMERO FILHO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

JOSÉ TAVARES
MÁRIO CELSO

LINEU TURRA
TADEU LÚCIO MACHADO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

WALDYR PUGLIESI
TADEU LÚCIO MACHADO

NESTOR BAPTISTA
TRAJANO BASTOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TADEU LÚCIO MACHADO
RENATO BERNARDI

GERNOTE KIRINUS
MÁRIO CELSO

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TRAJANO BASTOS
LINEU TURRA

DARCY DEITOS
CARLOS ZANLORENZI

COMISSÃO DE TURISMO

GILBERTO A. FILHO
NESTOR BAPTISTA

ROMERO FILHO
TADEU LÚCIO MACHADO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

FIDELCINO TOLENTINO
CARLOS ZANLORENZI

GERNOTE KIRINUS
DENI SCHWARTZ

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

RENATO BERNARDI
MÁRIO CELSO

TADEU LÚCIO MACHADO
TRAJANO BASTOS

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

NESTOR BAPTISTA
RENATO BERNARDI

GERNOTE KIRINUS
DENI SCHWARTZ

Era só, Sr. Presidente.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento de VICENTE RAIMUNDO DE CARVALHO, ocorrido na cidade de Ibiti.

O extinto era um dos pioneiros da região, fundador do Distrito de Vila Guay, naquele município, onde, com seu trabalho e honestidade, soube granjear a simpatia de todos aqueles que com ele conviviam, além de ter sido um chefe de família exemplar e pai extremoso.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JACIR BRANDÃO, ocorrido na cidade de Campo Mourão, no dia 17/03/81.

Requer ainda, que da decisão se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER seja consignado na ata da presente sessão, um voto de solidariedade aos cafeicultores brasileiros, pela realização do Encontro que se dará amanhã, dia 19, na cidade de Poços de Caldas - Minas, ocasião em que discutirão assunto de interesse da classe, solicitando: Preço Mínimo de Garantia, Política Financeira e Política de Comercialização. Ao mesmo tempo, solicitamos seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento e ao Excelentíssimo Presidente do IBC, a fim de tomarem conhecimento, inclusive o retorno da Junta Consultiva.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão um voto de solidariedade aos cafeicultores brasileiros, pelo encontro que se realiza amanhã, dia 19, e ao mesmo tempo, seja encaminhado expediente às autoridades mencionadas, a fim de tomarem conhecimento das justas reivindicações dos nossos produtores, evitando a ação discriminatória contra o café que tanto contribui para o orçamento cambial do País.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(aa) VALDUGA

LÁZARO DUMONT e

GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos diante de um quadro crítico da nossa história econômica e com profundas alterações nestes últimos anos, o que nos conduz a preocupações maiores.

A nossa cafeicultura, que tanto representa economicamente, continua relegada a segundo plano e é o setor menos favorecido e o mais atingido por um dirigismo estatal nitidamente discriminatório.

A intensidade desse tratamento diferenciado pode ser aferida pela disparidade entre o comportamento dos níveis de remuneração propiciados aos cafeicultores brasileiros pela política de intervenção governamental no mercado.

O índice geral de preços subiu 331,5 por cento até julho de 1980, dados da Fundação Getúlio Vargas, no mesmo período os preços recebidos pelos cafeicultores tiveram incremento de apenas 124,2 por cento. Aí, repousa a injustiça imposta ao café.

Uma visualização ainda mais alarmante desse comportamento, pode ser obtida através da comparação dos mesmos índices de preços enfrentados pelos cafeicultores nos insumos básicos e nos instrumentos necessários às suas atividades.

Reportando aos dados oficiais, verifica-se que, ainda no mesmo período, enquanto na receita do produtor subiram os 124,2 por cento — já mencionados — o encarecimento dos fatores necessários de produção atingiram os seguintes níveis: 428 a 665 por cento para os fertilizantes; 382 a 941 por cento para os fungicidas; 292 a 316 por cento para os tratores; 371

por cento para carreta típica; 588 por cento para pulverizadores; 195 a 259 por cento para a mão-de-obra.

O que equivale dizer: sobre o cafeicultor recaíram reajustes dos preços e não se proporcionou sequer uma reposição do valor real da moeda, para ele continuar a produzir. Houve portanto, a deterioração de “valores - trocas” entre a cafeicultura e os demais setores da nossa economia, de forma violenta e desproporcional.

Baseado em dados oficiais, (Fundação Getúlio Vargas e Conjuntura Econômica), verifica-se que, de 1977 a julho de 1980, enquanto o cafeicultor teve um aumento nominal de preços da ordem dos 124,2 por cento — já aludidos —, outros setores beneficiaram-se com majoração três vezes maior, por exemplo, o arroz com 441,1 por cento, e o boi de corte, com 532,7 por cento.

Então, diante desta exposição, é necessário que se mude essa política econômica intencional e o Governo trace novas diretrizes que atendam às necessidades mínimas dessa classe produtora, até mesmo extinguindo os dois instrumentos de confisco: o Cambial e o Imposto de Exportação, porque eles representam irrefutavelmente — e não há retórica que mude as convicções dos nossos produtores — uma ação discriminatória contra o café.

E com isto, estamos colocando em risco os interesses permanentes da nossa economia e diminuindo, não só a produção, como a nossa participação no mercado externo.

Nesse clima psicológico depressivo e em meio a esse quadro de fatores adversos, cada vez mais se acentua a tendência de evasão da atividade cafeeira, em média inusitada, desvencilhando-se dos compromissos de ordem creditícia ligado à cafeicultura.

É um mau sinal. É um retrocesso. É desalentador, desestimulante esse tratamento discriminatório. Daí a razão da troca de atividades: a cafeicultura pela pecuária, responsável pelo grande êxodo de trabalhadores e pequenos proprietários e conseqüente inchaço das cidades com seus dramas sociais.

Segundo fontes do IBC, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos tradicionais Estados produtores — Paraná e São Paulo —, já decai a produção visivelmente e a cafeicultura perde sua hegemonia. São Paulo, de 1980/81, com 908.648 covas, entrará em 1981/82 com 880.680 covas, e o Paraná, de 1980/81, com 719.074, em 1981/82 decai para 680.736 covas. Esse demonstrativo reflete, atualmente, a falta de interesse dos nossos produtores pelo café.

O café, no que se refere à contribuição para o orçamento cambial, tem comparecido, através dos anos, de forma substancial, como principal fonte geradora de divisas do País. Ainda em 1980, as mais recentes fontes oficiais creditam ao setor um aporte de cerca de 2,8 bilhões de cruzeiros para o nosso orçamento cambial.

Outro dado importante é, sem dúvida, o social, pois o parque cafeeiro nacional constituído de aproximadamente 3,3 bilhões de cafeeiros, demanda o trabalho direta e indiretamente, de 10 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 8 por cento da população brasileira.

Agora, os cafeicultores reivindicam preço mínimo de garantia, optando pelo menos oneroso para o Governo, fixado em Cr\$ 13.332,21, que descontado o “charge” habitual de 20 por cento, alcançaria um total de Cr\$ 10.665,77, representando a remuneração líquida do exportador, compatível com o líquido solicitado em julho passado, da ordem de Cr\$... 10.439,60.

Note-se que o cálculo anteriormente apresentado não levou em conta o Imposto de Exportação, incorporando-o ao preço de garantia. E deixou-se de considerar também a eliminação do confisco cambial em atenção às dificuldades comerciais atuais do Brasil.

É sabido que a componente expressa no custo de produção é a mão-de-obra que absorve — a “grosso-modo”, 50 por cento dos gastos e se referem ao processo de colheita.

Diante dessa exposição, desejo, através desse expediente, dar conhecimento às autoridades: o Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda e ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, as reivindicações justas dos nossos cafeicultores, no sentido inclusive de mudarem a política governamental no mercado interno, para que o País possa alcançar a sua soberania econômica.

Coerente com a filosofia reivindicatória dos nossos produtores, associo-me ao ENCONTRO que será promovido pela classe, no próximo dia 19 do corrente, em Poços de Caldas, Minas Gerais, ocasião em que terão oportunidade de avaliar a política cafeeira, em busca de parâmetros que definam os sistemas mais justos e sobretudo, capazes de atenuar o problema grave que atravessa a cafeicultura nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao General ADALBERTO MASSA, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à Direção daquela Delegacia,

Solicita ainda, seja dado ciência do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Cultura e Esportes, no sentido de ser estudada a possibilidade de aproveitar, mediante convênio, o interessante trabalho que vem desenvolvendo a Associação Tradicionalista “Gralha Azul”, sediada nesta cidade, através da realização de Cursos de Divulgação, Aproveitamento e Disseminação do Folclore Brasileiro.

A cultura nacional, especialmente a de nosso Estado, tem muito a ganhar com o incentivo oficial a essa obra de profundo significado em termos de valorização da arte popular e a viabilidade do apoio deriva não apenas da alta sensibilidade do ilustre titular da Pasta da Cultura e Esporte como também da idoneidade da Associação Tradicionalista “Gralha Azul”.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento entre a sede do Distrito de Luisiânia, Município de Campo Mourão, e a PR-T-487, entre Campo Mourão - Iretama, num trecho aproximado de cinco (05) quilômetros.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Em 04 de abril de 1979, fizemos solicitação do mesmo benefício ao Distrito de Luisiânia, considerando a necessidade premente que tem o referido distrito, da ligação asfáltica ora pretendida, pois, sendo o distrito grande produtor de soja,

milho e outros produtos agrícolas, necessita desse benefício para melhorar o escoamento de sua produção.

O distrito em tela, conta com diversas obras de infraestrutura, como escolas, hospital, água, luz, telefone, sendo que mais esse benefício, em muito ajudaria seu desenvolvimento e seu progresso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o Editorial do dia de hoje publicado pelo jornal “Gazeta do Povo”, sob o título “Na Raiz dos Problemas”.

Aquela editora retrata, em tão boa hora, um vulto dos mais eméritos da educação paranaense que é o Professor Anibal Borges Carneiro, que durante mais de quarenta anos vem formando gerações sucessivas de paranaenses no caminho da ciência e da tecnologia.

Ex-Diretor do antigo Liceu Rio Branco, hoje Colégio Rio Branco, e um dos maiores professores do então Ginásio Paranaense, hoje Colégio Estadual do Paraná, Carneiro credencia-se ao reconhecimento perpétuo do nosso Estado e da nossa gente, em virtude de sua notável contribuição ao campo educacional do Estado.

Requer, outrossim, sejam cientificados do teor deste requerimento, o jornal em tela, bem como o ilustre mestre educador.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981

(a) JOÃO MANSUR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando o imediato início das obras de construção do contorno rodoviário da cidade de Campo Mourão, evitando a destruição da pavimentação asfáltica das principais avenidas daquela próspera comunidade e outros tantos transtornos que o tráfego pesado ocasiona à população e suas propriedades.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 12/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro em Cascavel-Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

(aa) EDILSON ALENCAR e

DAVID CHERIEGATE

APOIAMENTO: Palácios, Gabriel Manoel, Francisco Escorsin, Adalberto Daros, Dácio Leonel, Valduga, José Tavares, Carlos Zanlorenzi, Rosário Pitelli, Luiz Alberto Oliveira, Túlio Zanchet, Werner Wanderer, Nelson Buffara, Antônio Facci, Ezequias Losso, Tércio Albuquerque, Jurandir Messias, Augusto Carneiro, Quielse Crisóstomo, Lázaro Dumont, Del Ciel e Antônio Cotrim.

JUSTIFICATIVA:

Declarar de utilidade pública a Liga Regional de Futebol

de Cascavel, é, sem dúvida alguma, do maior significado, não somente para o futebol da cidade referida, mas todo o Oeste do Estado.

A finalidade da entidade que se deseja declarar de utilidade pública, é dirigir e representar o futebol amador na cidade de Cascavel, e na região determinada pela Federação Paranaense de Futebol, bem como, fomentar a prática deste esporte como ramo importante da cultura física, zelando sempre pelos sadios princípios do amadorismo paranaense.

Portanto, por achar que todas as reivindicações em prol do futebol são justas e necessárias, é que apresentamos projeto de lei que declara de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, esperando que o mesmo encontre acolhida nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 13/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “CRECHE NICE BRAGA”, com sede na cidade de Uraí - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A “CRECHE NICE BRAGA”, com sede e foro na cidade de Uraí - Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tendo como finalidade a proteção e assistência material, moral e espiritual às crianças carentes, cujas mães trabalham fora do lar, ou que por excesso de filhos ou filhos incapacitados fisicamente não possam ter em casa ou mesmo fora do lar um trabalho lucrativo para aumentar o orçamento doméstico. Presta assistência médica, alimentar além de outras iniciativas e empreendimentos em favor da infância, inclusive orientação aos pais como higiene, alimentação, puericultura, rudimentos de psicologia infantil, para que a criança encontre no lar ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende às determinações previstas em lei.

A “Creche Nice Braga”, pela sua própria condição e pelo importante papel que vem desempenhando na área social, justifica por si a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 14/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS PRODUTORES COMERCIANTES DA CEASA DE CURITIBA - ARUC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1981.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto anexo demonstra claramente que a entidade em questão reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento de utilidade pública.

A Associação em tela, tem por objetivo promover ampla cooperação entre seus associados, estabelecendo relação direta dos usuários produtores e comerciantes junto aos consumidores, a fim de aprimorar o abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba.

O alcance e amplitude dessa meta, entendemos, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para a qual reivindicamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, primeiro orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A campanha da CNBB, “Saúde para Todos”, vem sugerindo uma série de denúncias. E aqui mesmo deste Parlamento, nós já ouvimos Deputados trazendo notícias realmente tristes, sob todos os aspectos.

O Deputado Waldyr Pugliesi, citou dias atrás, um caso ocorrido na cidade de Arapongas, quando um garoto de seis ou oito anos, ficou praticamente inutilizado.

O Deputado José Domingos, ontem, abordou um caso ocorrido em Curitiba, quando morreu também um menino por falta de assistência médica.

E esses casos não vêm ocorrendo só há uma semana, mas há trinta dias, há um mês, há algum tempo já vêm acontecendo casos lamentáveis que envolvem a medicina no País, e particularmente a medicina no Paraná.

Nós tivemos o caso de Luci Maria Valejo, que gerou inclusive uma ação ordinária de compensação por danos morais, ação essa colocada em prática através de uma petição do advogado Júlio Militão da Silva. Essa moça aos 30 anos de idade, com um filho de seis e uma garota de oito anos, foi internada numa casa de saúde, acometida de uma anoxia cerebral por parada cardíaca, resultada de um acidente anestésico, ficou praticamente inutilizada. Hoje, o processo está tramitando em Brasília, junto ao Tribunal de Recursos e foi definido como erro. Ficou comprovado o erro e atualmente a demora está apenas em decidir se o erro é de responsabilidade do hospital, ou responsabilidade do INPS. Mas o erro já foi comprovado e provavelmente essa ação ordinária de compensação, por danos morais, vai ser vitoriosa.

Hoje, uma nova denúncia. O cidadão Jean Wiesmann, um tenente reformado do Exército Nacional, levou a público uma denúncia das mais graves. Ele foi operado na Clínica São Judas Tadeu em Curitiba, pelo médico, Professor Dr. Paula Soares Filho no dia 23 de novembro de 1978. E o resultado dessa simples operação de cataratas, foi a perda de visão. Jean Wiesmann, hoje, é um deficiente visual. Após ser operado aqui, recorreu a um hospital de Campinas. Posteriormente, a um especialista em Buenos Aires e mais tarde, a uma clínica da Inglaterra. E não conseguiu mais recuperar a sua visão. Foi constatado um novo erro, um erro médico. Na denúncia que ele faz, por escrito, inclusive, ele acusa o médico de omissão, inclusive, levanta a possibilidade do médico não estar presente no momento da operação. Ele revela que o médico, Dr. Paula Soares, confidenciou que uma enfermeira com 22 anos de serviços havia retirado uma ferramenta que ele necessitava no momento da operação de uma solução desinfetante. E que após deveria ter passado em água destilada, o que não foi feito. E por isso, segundo palavras do médico, no documento aqui em minhas mãos, aconteceu uma queimadura da vista. Mais tarde, o Sr. Jean, tenente do Exército e que foi a vítima, diz que o médico alegou que o que ocorreu também, foi que durante a operação, e logo após a mesma, ao dar um ponto, escapou a agulha, furando um vaso da vista, por estar o olho deste cidadão, tenso. Realmente, é uma barbaridade o que nós vemos neste documento que temos em mãos, e que já estão também, todos os demais documentos anexados a um processo e que naturalmente vai ser movida uma nova ação ordinária, de compensação por danos morais, o que para a vítima não interessa; para ele, dinheiro não resolve mais. O que ele quer é a visão; ele quer é enxergar novamente. Mas, segundo especialistas da Inglaterra, este cidadão não tem condições de recuperar a visão. Não tem mais, e já foi examinado sob todos os aspectos clínicos e técnicos. E ele acusa aqui, ainda mais — o que eu acho mais grave —

o médico declarou que solicitou a ele, que não falasse mais sobre o assunto. Que sepultasse esse assunto, e deu a ele um cheque de Cr\$ 10.000,00. E ele está de posse desse cheque de Cr\$ 10.000,00. É uma verdadeira barbaridade, um verdadeiro absurdo, porque essa importância nem mesmo paga uma viagem à Campinas. E só o depósito que ele fez no Hospital daquela cidade custou Cr\$ 20.000,00.

São absurdos que trazemos a este Parlamento, para que sejam debatidos, discutidos e encaminhados, não só à sociedade, não só à Justiça, mas também ao Conselho Regional de Medicina para que tome energias providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “A preocupação do Governo brasileiro com o problema energético justifica plenamente a construção de usinas hidrelétricas nos rios que ofereçam condições de aproveitamento e, entre estes, inclui-se a USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, no rio Paraná, na divisa do Paraná com o Paraguai.

O que não se justifica é o Estado do Paraná, oferecer ao Brasil o maior potencial hidrelétrico, cujos benefícios serão para todos os brasileiros e ficar apenas com ônus e consequências desse empreendimento.

Não bastasse essa usina estar inundando uma enorme área de terras das mais férteis e produtivas do Paraná, provocando um esvaziamento de população, queda na produção agrícola e, inclusive, prejuízos na arrecadação de impostos, impõe ainda um sacrifício maior a grande parcela de paranaenses que jamais obterão qualquer benefício dessa obra.

Não pretendo estender minhas considerações a níveis mais amplos, mas somente sobre o que conheço e no que concerne à região que represento na Assembléia Legislativa.

Quando do início das obras da Usina de Itaipu, o Governo Federal acenou com o recapeamento das rodovias federais e estaduais por onde fosse feito o transporte de materiais e equipamentos destinados à Itaipu. Acenou com a duplicação de pistas, com o reforço e construção de contornos rodoviários.

A cidade de CAMPO MOURÃO, que já teve a felicidade de ver iniciadas as obras do contorno rodoviário que evitaria o tráfego de veículos pesados pelas suas principais avenidas, viu de repente a paralisação dos serviços e desativação total do canteiro de obras.

O desapontamento da população não só do Município de CAMPO MOURÃO, mas de toda a região foi total.

A alegação do DNER que tentou justificar a paralisação das obras por falta de recursos não pode ser aceita e não merece credibilidade, pois o alcance das obras de ITAIPU abraça a necessária recuperação e melhoramento das rodovias e, principalmente a execução imediata de contornos, como no caso especial de CAMPO MOURÃO que se apresenta como o maior entroncamento rodoviário do Estado do Paraná.

Assistir contemplativamente a destruição da pavimentação das principais artérias da cidade, que à custa do sacrifício dos municípios, foi executado, não condiz com a minha condição de representante daquela cidade.

As reclamações constantes, justas por sinal, dos comerciantes, dos proprietários de imóveis que sofrem os distúrbios desse tráfego pesado, ocasionando prejuízos em seus prédios por rachaduras, infiltrações etc..

As reclamações dos pais de alunos que se intranquilizam em ver seus filhos saindo de colégios situados em avenidas utilizadas por enormes caminhões, enfim, a ninguém interessa ou beneficia esse movimento rodoviário dentro da cidade.

Para infernizar ainda mais a já intranquila vida da população central de Campo Mourão, o Senhor Prefeito, em represália à paralisação das obras do contorno rodoviário, determinou que fossem construídos enormes quebra-molas em todas as ave-

nidas, prejudicando enormemente o tráfego de veículos de pequeno porte. Campo Mourão, que outrora já foi cognomida de “Capital Modelo”, pode hoje tranquilamente receber o título de “Capital dos Quebra-Molas”.

O Município de Campo Mourão está recebendo recursos do Projeto CURA para urbanização e embelezamento de praças, ruas e avenidas, mas esses recursos terão que ser pagos e, a continuar o trânsito de veículos pesados pelo centro da cidade, estaremos assistindo a um verdadeiro desperdício de recursos.

Encaminhamos expediente ao Senhor Diretor do D.E.R. que hoje estará mantendo entrevista com o Diretor do DNER, encarecendo providências para o imediato reinício das obras do contorno rodoviário de Campo Mourão e esperamos que o ilustre Diretor do D.E.R. tenha absoluto êxito nas suas reivindicações.

A reativação das obras referidas, ensejaria não somente a solução do tráfego pelo centro da cidade como ainda viria de encontro aos demais interesses da população, oferecendo empregos, ativando a circulação de recursos financeiros, aquisição de materiais, ocupação de residências, hotéis, restaurantes etc..

Testemunhamos promessas do Governo passado, que sentindo o drama já amplamente exposto, se propos a, caso as obras do contorno não fosse executadas em curto espaço de tempo, auxiliar o município a pavimentar a Avenida Guaíra, que serviria como via provisória de escoamento do tráfego pesado. Infelizmente, esse auxílio ficou só na promessa e a situação persiste até hoje.

Reconhecemos que esse ônus não cabe ao Governo do Estado do Paraná e sim ao Governo Federal.”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir a sua oração.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Muito obrigado, Sr. Presidente.

“Entretanto, caso a insensibilidade das autoridades federais não permitam a reativação imediata dessa obra, apelamos a Sua Excelência o Governador NEY BRAGA, que já demonstrou a sua sensibilidade e interesse na solução dos problemas dos municípios, criando inclusive uma Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento dos Municípios, que foi confiada ao competente paranaense e ex-Prefeito, Dr. SAUL RAIZ, que determine a liberação de recursos para a pavimentação da Avenida Guaíra, como medida paliativa ao angustiante problema de Campo Mourão.

Caso persista essa situação, estaremos assistindo a mais uma das inúmeras incoerências que se comete neste País, pois, a inauguração do contorno rodoviário de Campo Mourão, só poderá ser efetivado quando a energia elétrica de Itaipu estiver iluminando cidades de outros Estados, às custas do prejuízo da população de uma vasta e rica região do Estado do Paraná.”

Nesse sentido, estamos encaminhando à Mesa, requerimento endereçado ao Diretor do D.N.E.R., solicitando o reinício imediato das obras do Contorno Rodoviário de Campo Mourão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Fidelelino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos mantido permanentes contatos com a região, especialmente com as chefias cooperativistas do oeste do Paraná. Ainda ontem à tarde, falávamos com a Direção da COOPAVEL, a cooperativa que congrega mais de 5.000 agricultores na área da micro-região de Cascavel e com frequência a direção daquela cooperativa vem insistindo junto às autoridades no sentido de que o Governo preencha esta permanente ausência das autoridades com relação à produção, a financiamento e a colocação no mercado, do problema soja, do produto de maior divisa

para o nosso País, hoje e como se recorda, Senhor Presidente, já nos meses de outubro e novembro do ano passado, nós questionávamos aqui desta tribuna, a necessidade de o Governo permitir a exportação de dois milhões de toneladas de soja que estavam estocadas no Brasil, para aproveitarmos o preço internacional de 380 dólares a tonelada.

Hoje o preço do mercado internacional baixou mais de 100 dólares, causando, inclusive, um prejuízo substancial à economia do País. Em outras oportunidades já ocorreu esse fenômeno, e recorda-se que recentemente, quando das negociações de café, o Brasil, segundo a imprensa, perdia aproximadamente 500 milhões de dólares a respeito da forma como que foram feitos os negócios.

Agora é a COOPAVEL, é a COTRIGUAÇU e tantas outras cooperativas que vêm insistindo há vários meses com o Governo e não só para o problema do mecanismo de exportação e do comércio internacional do soja. Também, e principalmente, Sr. Presidente, com relação às dívidas dos agricultores. É sabido que na região oeste do Paraná os compromissos começam a vencer-se a partir do mês de maio e vão até o mês de julho. E nessa época, nos meses de junho e julho é que começam as definições de produção da soja norte-americana que é o maior produtor, com larga diferença de pelo menos 300% a mais do que os outros países maiores produtores que é o caso do Brasil.

Enquanto o Brasil produz em torno de 15 milhões de toneladas, os Estados Unidos produzem 45 milhões de toneladas de soja. E vejam, Vossas Excelências, que até agora o Governo não tem uma definição e busca, talvez por incúria dos administradores, por falta de cuidado dos homens que detêm o poder de decisão no País, talvez por incapacidade, por falta de coragem de decidir o agricultor brasileiro vai pagar um preço caríssimo pelo seu trabalho desperdiçado. E o nosso País como já está estampado nas manchetes dos jornais do Estado do Paraná, perderá, ou melhor, tomou um prejuízo de 650 milhões de dólares.

Sr. Presidente, até quando este Governo abusará, segundo dizia Cícero em Catilina, Sr. Presidente, na velha Roma, "até quando abusará da nossa paciência?"

Não é mais suportável à agricultura um desembolso, um desequilíbrio, um desajuste na política econômica do Governo. E é preciso que haja um ajustamento entre os produtores deste País, e especialmente do Paraná, principalmente do Oeste do Paraná, responsável por 35% da produção deste Estado.

Não é mais suportável à região, Sr. Presidente, as indefinições do Governo, tanto com relação aos créditos, à E.G.F., como também ao mecanismo de mercado internacional.

Por esta razão, solidarizando com as cooperativas do Oeste do Paraná, e especialmente com a COOPAVEL, nós queremos fazer um apelo às autoridades, sobretudo às autoridades estaduais que nenhuma presença têm nas decisões do Governo Federal, para que todos juntos e unidos tenhamos um comportamento unânime na busca de revigorar o posicionamento do Estado do Paraná a nível federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário, dos Vereadores: Leocádio Henrique, Presidente da Câmara Municipal de Paranaíba, e Jorge Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valduga. — (Ausente)

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Com a responsabilidade da hierarquia da Igreja, com a compaixão do cristianismo e com a caridade do homem, Dom Aluísio Lorscheiter proclamou o direito das pessoas de não se imolarem no altar do direito para servirem à causa da injustiça.

Os fariseus e os saduceus se escandalizaram ante a postura reta, o princípio claro e a evidência na vida social: se não és um peso morto aos demais, seja pela indolência, seja pela má-fé, e mourejas para ganhar legitimamente o teu sustento, e trabalhas dentro do corpo social, criando riquezas que não são só tuas, tens o direito e o dever de não aceitar a marginalidade social, de não sofrer a privação, com fome, frio e doenças. Direito de não oferecer a tua vida como anátema e condenação de classe e condição social.

Em palavras diretas, disse o Arcebispo que não é justo, e porque não é justo não é cristão, deixar-se morrer de fome, deixar os seus, privados de comida e abrigo, ao lado da comida e da fartura de outros.

E não é de hoje que as figuras mais destacadas da Igreja estão afirmando que os bens e a fortuna privados não constituem dogmas religiosos, dependentes do direito civil.

O discurso do bispo foi linear: colocou o princípio geral, não como simples abstração para o debate dos clérigos ou exercícios filosóficos para os leigos da Igreja. Colocou em causa, direto. E que cada um tire as suas conclusões.

Por que aquelas palavras provocaram furor e ódio? Não a aceitam os cristãos? Repudiam-nas as autoridades brasileiras?

Por que está crescendo uma campanha organizada contra a Igreja, alegando que ela se desviou do verdadeiro cristianismo, para apoiar as reivindicações dos pobres, dos favelados, dos famintos, dos trabalhadores? Onde está a verdade? A Igreja se desviou ou traçou com mais clareza os seus princípios, a sua linha de ação pastoral?

O que parece não ser possível é que a Igreja seja favorável à concentração de rendas: a riqueza nas mãos de poucos e a miséria para a maioria. A pompa e a liberdade do capital frente a humildade e a opressão do trabalho.

Se o Governo puder baixar um ato institucional para que a Igreja se submeta à política econômica, tudo estaria resolvido para o Governo. Mas tudo estaria perdido para a Igreja. Se a Igreja se render à divisão da sociedade brasileira em pessoas de primeira, segunda e terceira classes, não será mais o cristianismo o amparo e o rumo dos cristãos.

O povo brasileiro deve estar atento às intrigas dos anticristos, às mentiras dos vendilhões do templo. De um momento para outro, a Igreja passou a ser o alvo preferido do Governo para os treinos de retórica dos subservientes do poder. O povo brasileiro está consciente das manobras que são feitas no sentido de desmoralizar a Igreja. E o povo deve repetir que o principal dever da Igreja é para com seu rebanho, para com os pobres e sofridos trabalhadores. É pregar o Evangelho e a caridade, a compaixão e a fraternidade.

O resto é o pó que o diabo deixou para enganar os homens."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para prestar a minha solidariedade e solicitar também de toda a Assembléia que assim o faça, em solidariedade ao Encontro Nacional da Cafeicultura que se realizará amanhã em Poços de Caldas. Esta Assembléia que recebeu convite da Associação dos Cafeicultores do Paraná, indicou o nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, para nos representar; para representar esta Assembléia, perante o encontro. Porque é sem dúvida alguma, o movimento mais bem organizado, mais bem estruturado, que a cafeicultura nacional, fez em todos os tempos.

Foram produzidas análises profundas das quedas em percentuais de preços do café, com relação a outros produtos, foram organizadas comissões, em trabalhos que se estendem por mais de 60 dias, donde se extraiu um documento que é a autêntica "Carta do Café"; ali se discutem os problemas de preços, as condições sociais do café, o que representa o café como elemen-

to de contribuição a trabalho efetivo. Discute-se o problema do confisco; problemas que temos amiúde aqui discutido nesta Assembléia; se enfoca, enfim, toda a situação política, o envolvimento social e econômico da cafeicultura e do café.

Então, eu peço à esta Assembléia, que se solidarize com aquele movimento, que vai reunir cafeicultores de todo o País, que vai exigir das autoridades que não seja apenas o café o produto que arca com o desencaixe na hora das necessidades brasileiras.

No ano passado houve um movimento em favor do soja, que esta Assembléia se solidarizou e foi retirado o Imposto de Exportação da Soja; também pretende lá, aquele movimento que se retire o imposto de exportação do café. Pretende que se estabeleça o preço mínimo para julho, de Cr\$ 10.439,60, como cálculo fixado com a inflação e a remuneração necessária aos preços de hoje, aos trabalhadores rurais, enfim, é um preço que mereceu uma análise muito profunda. E é este preço que pretende a cafeicultura. Também pretende o movimento, o retorno da Junta Administrativa do IBC. O que existe hoje é uma Junta Consultiva que não tem poderes de decisão. Depois de Costa e Silva, os cafeicultores nunca mais tiveram assento às decisões da política dos preços do café. A Junta Consultiva em função meramente consultiva quando é consultada; e não tem poder de definição. Para aqueles que se lembram, a Junta Administrativa do IBC era formada sempre por uma lista sextupla, eleita pelos elementos da classe, encaminhada então ao Presidente da República; e esses elementos passavam a ter assento e poder de decisão. Era a Junta Administrativa. E é isto que pretende novamente o movimento da cafeicultura.

Assim, eu peço a esta Assembléia, que se solidarize com aquele movimento e o faça em alto e bom som. Porque é aí que será o fórum de debate de todos os problemas nacionais da cafeicultura e um dos trabalhos jamais programados com tamanha perfeição, com tamanha seriedade e com tanto entusiasmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto o Coronel Andreazza leva esse regime, mais uma vez, ao ridículo, dizendo que os esfomeados retirantes nordestinos são agitadores, enquanto o General Milton Tavares, representantes da ultra direita deste País exibe duas, ou três armas, a todo o País, levando a este mesmo País à insegurança, dizendo que essas armas talvez estejam sendo contrabandeadas para se fazer uma revolução, aqui no Brasil, o povo brasileiro continua desvalido na fome, na miséria.

Trago, hoje, a esta Casa, uma denúncia que reputo muito grave: um fato acontecido em minha cidade e outra aqui em Curitiba.

(Lê): “Nestes últimos dias, dois casos chamaram a atenção da opinião pública do Estado. Duas pequenas tragédias que devem desaparecer rapidamente no esquecimento, como acidentes desta tragédia maior que o povo brasileiro vivia há 17 anos. São histórias do cotidiano de nosso povo. Iguais a esta poderíamos contar tantas outras.

Marcos Walder Nantes é um garoto de apenas seis anos. Até o mês passado, um garoto como todos os demais de sua idade. Sua tragédia começou no dia em que seu avô, Oxival Guilherme Nantes, levou-o a um médico para fazer uma operação de fimose. Este, por cobrar acima das posses da família do garoto Marcos, indicou o Dr. Walter Buzalaf. A operação de fimose é simples. Milhares são feitas todos os dias. Os judeus a fazem em todos os meninos logo que nascem. É a circuncisão. Desde então o menino de seis anos, Marcos Welder Nantes, não é um garoto igual aos demais de sua idade. A irresponsabilidade, a incúria, a incompetência do médico Walter Buzalaf aleijou o menino Marcos, necrosou o seu pênis. O menino Marcos vive

sua tragédia. O médico, se assim pode ser chamado, Walter Buzalaf, continua sua vida rotineira, atendendo pessoas que a ele são encaminhadas diariamente pelo INAMPS para que exerça sua incompetência. Para que continue a castrar meninos e a cometer sabe-se lá que outros crimes sob o manto protetor do exercício da medicina.

Conto outro fato. O menino Magno Luciano, de seis anos, foi sepultado sábado passado, no cemitério de Campo Comprido. Aquele menino tinha rubéola. Uma enfermidade que qualquer acadêmico de medicina mais estudioso identifica facilmente. Mas essa competência não teve o médico do garoto Magno Luciano. O médico, também credenciado pelo INPS, que continua impune, exercendo sua irresponsabilidade, diagnosticou uma simples gripe. Medicou o menino e este faleceu.

Estes são casos isolados?

Absolutamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Como estes, sucedem vários todos os dias neste País. Os que citamos são apenas casos exemplares da medicina brasileira nos dias de hoje. O setor de saúde vem sendo o melhor indicador dos malefícios produzidos pelo regime nestes 17 anos de violência imposta à população.

E a esta Casa digo ainda o seguinte, que nós temos conhecimento que aquele médico que na intimidade é taxado de incompetente pela classe médica da minha cidade, está sendo cogitado para ser o diretor clínico da Santa Casa de Arapongas. Eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vou estranhar se outros médicos sob a capa falsa da solidariedade profissional não venham a indicá-lo como patrono da criança do Paraná.

Como se sabe, os imensos recursos retirados da população trabalhadora através do INPS não foram empregados para criar um sistema público de atendimento médico satisfatório para a imensa maioria da população. Ao contrário, foram canalizados para subvencionar lucros privados, através de credenciamento ou de convênios com empresas de saúde.

Os resultados têm sido catastróficos. A proliferação de escolas de medicina ofereceu a essas empresas uma superabundância de mão-de-obra despreparada que permitiu o aviltamento do salário médico, inclusive através de formas irregulares de contrato de trabalho. Pervertendo a antiga tradição do profissional liberal, evitando garantias oferecidas pela CLT — por mínimas que sejam — as empresas de saúde, por meio do trabalho dos autônomos, transformaram o médico num instrumento incompetente de emissão de receitas e de prescrição dos tipos mais lucrativos de tratamento. Nestas condições, que privilegiam a corrupção, que premia a incompetência, surgem profissionais médicos como Walter Buzalaf, como o médico que atendeu o garoto Magno Luciano e diagnosticou gripe em vez de rubéola.

É neste sistema corrupto que visa fundamentalmente o lucro, que os médicos, se assim podem ser nominados, como Walter Buzalaf, desenvolvem sua prática de pequenos assassinatos diários, de crimes que castram crianças e colocam a imensa maioria do povo, que não tem possibilidades de pagar pelo serviço de saúde de qualidade, nas mãos da incompetência que permanece impune. Porque a criação de toda essa imensa e lucrativa rede de serviços médicos foi acompanhada, da parte do Estado, pelo absoluto abandono a que foram relegados os serviços fornecidos gratuitamente. Uma forma de estimular a privatização, de repassar os imensos recursos retirados mensalmente dos salários dos trabalhadores, as empresas privadas que fazem da doença e da morte sua fonte de lucros.

Nos hospitais do Estado, inclusive aqueles que já foram modelos, como o Hospital das Clínicas, a deterioração salarial chegou a tal ponto que não se consegue mais preencher os claros deixados por funcionários que se demitiram em busca de melhores empregos. Para muitos especialistas, a única remuneração substancial com que contam é o fato de poderem utilizar o nome da instituição em benefício de sua prática privada, tal é o nível dos salários que percebem.

Sem hospitais, sem técnicos, sem enfermeiras, sem pessoal de limpeza e, inclusive, sem verbas para medicamentos e para manutenção, equipamentos caríssimos permanecem ociosos. Médicos e funcionários sobrecarregados não conseguem prestar um atendimento satisfatório. Enfermarias sujas e abandonadas atestam o descaso do Estado para com os hospitais públicos. Por que isto acontece? Para justificar a privatização do lucro e a socialização dos prejuízos. Para repassar as empresas e médicos de qualidade de um Walter Buzalafas contribuições que o trabalhador recolhe para ter um serviço de saúde digno desse modelo. Quem paga o preço maior dessa política é o povo que desconta oito por cento de seu salário para os lucros das empresas privadas. Milhares de crianças morrem por ano neste País, e as estatísticas mostram, os indicadores mostram a sociedade que quando homens como Delfim Neto praticando o arrocho salarial provocou o aumento da mortalidade infantil neste sofrido País. É uma verdade que precisa ser aqui repetida: o arrocho salarial provocado pelo Regime é o responsável pelo aumento da mortalidade infantil neste País. E nós estamos cansados de ver ainda os figurões deste País, os mandatários a dizer por todos os lados que a saúde é a suprema meta deste Regime, de dez milhões de tuberculosos, de dez milhões de deficientes mentais que são excepcionais porque já na vida intrauterina passam fome.

Imaginem se este Regime não estivesse voltado para o homem, e para a saúde! Acho que ninguém mais estaria vivendo neste chão, sob o jugo ditatorial até hoje, se bem que gente erroneamente ache que a ditadura terminou.

A ninguém surpreende que os profissionais da medicina impotentes para cumprir suas funções refugiem-se no desânimo, no descaso ou na revolta, aguçando a hospitalidade de um público que não consegue um mínimo de atenção e de tratamento humano. Mas esta situação não retira ao médico e a todos os profissionais da área da saúde alguns compromissos assumidos para o exercício da profissão.

Em primeiro lugar o dever moral, o dever ético de fornecer realmente aos doentes os melhores serviços possíveis para a proteção da saúde.

Acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nada pode justificar a quebra deste princípio, e quando isto acontece é dever não apenas da Ordem dos Médicos, das associações que organizam a categoria a tratar da questão, impõem-se como dever de consciência de todos exigir que se apurem responsabilidades e se prescreva o remédio certo, mesmo que isto signifique a medida drástica do afastamento de um profissional sem competência, como esse Senhor Walter Buslaf, que dizem, os familiares estão amedrontados lá na minha cidade, tanto é que até hoje não levantaram um dedo para pedirem indenização. Até hoje não. Não tomaram medida alguma até que este Deputado tomando conhecimento do caso que estava acobertado, quando publiquei numa revista, na revista da cidade, e é preciso que se faça um elogio àquele homem que tem uma pequena revista no interior, que abre as suas páginas para todas as idéias circularem dentro dela, abrindo espaço para os homens do Governo, para homens como eu que sou adversário em todos os sentidos deste Regime que está aqui instalado contra a vontade do povo brasileiro.

É preciso que se dê crédito a homem da imprensa do interior, que tem a coragem de publicar matérias que outros órgãos não têm coragem de publicar, escamoteando a verdade. É preciso que se diga aqui, Sr. Presidente, dando este preito de homenagem a um moço que tem coragem de abrir as páginas de uma revista para que um homem da Oposição faça acusações, faça denúncias contra uma classe privilegiada na sua cúpula, porque todos os outros médicos estão aí também a sofrer.

E aproveito para deixar aqui a palavra do PMDB de insatisfação, quando vejo companheiros meus, como o meu Líder

nesta Casa, Deputado Nelson Friedrich, acompanhado de outro Deputado do meu Partido, Gernote Kirinus, a acompanhar, a ombrear com os lavradores que estão sendo espoliados neste País. E a hora que nós vamos ver o noticiário, só se fala que o PDS é que se preocupou com o fato, só se fala que o Governador se preocupou com o fato, que iriam conversar com o Sr. Ministro Golbery. Mas vocês companheiros, levaram a bandeira do nosso Partido e nós faremos isto em todas as oportunidades.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. WALDIR PUGLIESI — Em seguida ...

O Sr. Erondy Silvério — Pois não. Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... quando delinear a espinha dorsal de meu pronunciamento concederei o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Gostaria apenas que se Vossa Excelência me concedesse dois minutos eu nem preocuparia Vossa Excelência. Apenas para corrigir uma injustiça que Vossa Excelência está cometendo, não só contra a imprensa, mas contra o PDS, com relação às terras de Foz do Iguaçu.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Como estava dizendo do dever ético e moral, acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nada pode justificar a quebra deste princípio. Quando isto acontece, é dever não apenas da Ordem dos Médicos, das associações que organizam a categoria, tratam da questão, como já falei.

Em segundo lugar, um princípio deontológico, que aflo- ra mais nitidamente, é aquele de assegurar a todos o real acesso a todos os cuidados de qualidade. O artigo terceiro do Código de Deontologia, retomando a inspiração do juramento de Hipócrates que muitos fazem, mas não cumprem, como aquele médico por mim aqui citado, declara que o médico deve cuidar com a mesma consciência de todos os doentes, quaisquer que sejam as condições. No entanto, a menos que não se queira ver as coisas claramente, é forçoso constatar que existe em nosso País uma desigualdade social da doença e da morte e que a possibilidade de acesso aos cuidados médicos depende, em grande parte, do status sócio-econômico das pessoas.

E aí está a campanha da Igreja, que também está sendo combatida pelos detentores deste regime privilegiador de minorias, dizendo que eles estão agitando a sociedade brfsileira. Ainda bem que temos hoje esta atuação da Igreja neste País, porque se não, talvez estaríamos hoje aqui sob a vigência de mais um AI-5 que está sendo preparado como já falei, por declarações do Coronel Andreazza no Nordeste, agredindo toda a Nação quando diz que brasileiros que estão passando fome são agitadores, como aquele General que em São Paulo não se cansa de fazer provocações a toda a classe política brasileira, dizendo amiúde que nós, políticos, não temos competência para gerir os trabalhos, os interesses deste País, jogando na mão destes que fizeram com que durante vinte anos, ao final quase de vinte anos, chegássemos ao fundo da fossa.

Falou-se em Revolução para combater a inflação de sessenta por cento e ela está em cento e cinquenta por cento. Falou-se em dar saúde para o povo e se apresenta a ele somente a morte, a miséria, o desemprego.

É um regime fracassado, insepulto, que precisa através de seus políticos, da sociedade civil, tomar as medidas para que neste País não haja isto sim, uma noite de terror, desencadeada talvez por aqueles que não têm mais o que comer.

Nos casos que relatamos no início de nosso pronunciamento, estes compromissos foram quebrados e não podemos permitir que as duas crianças vitimadas pelo descaso e pela inépcia, se transformem em meros registros nas estatísticas e

tecnoburocratas. E dever desta Assembléia Legislativa levantar sua voz para exigir que sejam apuradas as responsabilidades. Sabe-se extra-oficialmente que aquele médico teria dado cinco mil cruzeiros àquela criança que não teve só o seu pênis amputado não, que teve a sua bexiga, o seu aparelho urinário comprometidos. É aqui que temos denunciar, mais uma vez, a covardia dos próprios familiares que, ao invés de se voltarem contra aquele que desgraçou a vida de um dos seus membros, ficam dizendo que não querem provocar trauma numa criança e, portanto, não querem que ninguém saiba de nada, como se uma criança de seis anos, sem o pênis, já não viveu o maior trauma que um ser humano pode viver.

Sr. Presidente, continuo. Não pretendo fazer dos médicos responsáveis por este caso os únicos a pagar um caro preço pela situação que atinge toda a Medicina. Mas quero que sejam os primeiros a serem interpelados pelo mau exercício de uma profissão que exige para seu desempenho, consciência social elevada e o respeito com os homens. E peço mais, que a Comissão de Saúde desta Casa passe a atuar com dedicação e empenho para ajudar a mudar este quadro.

Sabemos nós da Oposição a este regime que as soluções, para os problemas de saúde no País, não estão no controle da atividade médica. Para este País doente, já foi dito temos uma medicina enferma. Trata-se de modificar no bojo as transformações gerais, que pede a sociedade brasileira todo o sistema nacional de saúde.

Hoje, oitenta por cento dos recursos gastos no setor de saúde são investidos na medicina curativa. Enquanto crescem os índices de mortalidade infantil e persistem doenças há muito existentes ou de ocorrência residual nos países desenvolvidos. De nada adianta uma medicina sofisticada para atender uma pequena faixa da população, enquanto a fome aumenta e as condições de higiene, habitação e trabalho e os serviços sanitários deterioram progressivamente.

Esta medicina que temos hoje no Brasil, orientada para servir aos poucos que por ela podem pagar. No grande Rio e na grande São Paulo, estão cinquenta por cento dos médicos, enquanto isso a metade dos municípios brasileiros não contam com socorro médico e cinquenta e cinco por cento não têm hospital. Há uma injusta divisão de benefícios, de recursos, carência de profissionais e má orientação em sua formação.

Os cursos universitários não preparam médicos para a nossa realidade, mas ao contrário incentivam o individualismo e a competição, por um mercado saturado mais ainda, muito rendoso, que são os grandes centros.

Neste País quem mais vende, fazendo com que haja a auto-medicação, é um cidadão como o "doutor" Pelé. Um homem que nunca assumiu ao longo da sua vida, a sua condição de negro. Tanto é que chegou a registrar seus filhos como sendo da raça branca, de cor branca. Esse homem é que aparece em televisão, dizendo para nós o que nós devemos tomar. De que maneira nós devemos nos medicar. É um País que precisa ser questionado de cima a baixo. Os nossos valores são falsos, mentirosos. É preciso que se diga desse homem que é inatacável, Dr. Pelé. Um homem que, torno a repetir, nem assumiu a sua condição de negro. E hoje nada mais é do que garoto propaganda desses que roubam o povo brasileiro. O povo multinacional, que nos tira a nossa identidade nacional, como todos sabem.

No Brasil temos um número insignificante de médicos sanitaristas. E apenas doze por cento do total de médicos: cinco mil pediatras e dois mil obstetras, estariam capacitados a prestar atendimento a setenta por cento da população. No Brasil, mais da metade dos partos acontecem sem qualquer assistência. Da população total, cerca de vinte e cinco por cento têm menos de seis anos de idade; e somente vinte por cento desse grupo contam com atendimento. Isso quer

dizer que dezessete milhões, trezentos e noventa e seis mil crianças, estão à margem do sistema de assistência médica. E pelo menos setenta por cento estão subnutridas.

Os segurados do INAMPS, seus dependentes, excedem à capacidade de atendimento do sistema médico-hospitalar, instaurado pelo Instituto. Isto determina um subatendimento generalizado, com consequências desastrosas, como a morte de cinquenta mil pessoas, em 1974, vitimadas por infecções contraídas em hospitais, quando se tratavam de outras doenças. Ou facilita a corrupção, como a descoberta em Porto Alegre, há alguns anos atrás, onde hospitais particulares mantinham pessoas sãs, internadas, durante meses e recebiam os pagamentos previstos no convênio com o Instituto.

Isso tudo acontece, Srs. Deputados, porque estamos vivendo, ainda, sob o rigor de um regime fechado. Porque se nós tivéssemos as nossas misérias, as nossas vidas questionadas, em todos os sentidos, pelos órgãos de imprensa, rádio, jornal e televisão, se não tivéssemos essa maldita censura que vigorou durante tantos anos, todos esses descabimentos não teriam acontecido, aqui no Brasil.

Nosso Partido, o PMDB, ouviu, recentemente, o CEBES — Centro Brasileiro de Estudos da Saúde — e tem claras as medidas necessárias para reverter esta situação.

E sabemos quais são as medidas que um governo democrático e identificado com os interesses populares tomaria, de imediato, para retificar esta política atual.

Por isso são necessárias medidas que:

1. obstaculizem os efeitos mais nocivos das leis de mercado na área de Saúde, ou seja, detenham o empresariamento da Medicina;
2. transformem os atos médicos lucrativos, em um bem social gratuito à disposição de toda população;
3. criem um Sistema Único de Saúde;
4. atribuam ao Estado a responsabilidade total pela administração deste sistema;
5. deleguem ao Sistema Único de Saúde a tarefa de planificar e executar uma política nacional de saúde, que inclua a pesquisa básica, a formação de recursos humanos, a atenção médica individual e coletiva, curativa e preventiva, o controle ambiental, o saneamento e a nutrição mínima à sobrevivência de uma população hígida;
6. estabeleçam mecanismos eficazes de financiamento do sistema, que não sejam baseados em novos gravames fiscais sobre a maioria da população, nem em novos impostos específicos para a saúde. O financiamento do Sistema Único deverá ser baseado numa maior participação proporcional do setor saúde nos orçamentos federal, estaduais e municipais, bem como no aumento da arrecadação decorrente de uma alteração fundamental no atual caráter regressivo do sistema tributário.
7. organizem este Sistema de forma descentralizada, articulando sua organização com a estrutura político-administrativa do País, em seus níveis federal, estadual e municipal, estabelecendo unidades básicas, coincidentes ou não com os municípios, constituídas por aglomerações de população que, eventualmente, reuniriam mais de um município ou desdobrariam outros de maior densidade populacional. Esta descentralização tem por fim viabilizar uma autêntica participação democrática da população nos diferentes níveis e instâncias do sistema, propondo e controlando as ações planejadas de suas organizações e partidos políticos, representados nos Governos e Assembléias e Instâncias do Sistema Único de Saúde.
8. Esta descentralização visa, por um lado, maior eficácia, permitindo uma maior visualização, planificação e alocação dos recursos segundo as necessidades locais. Mas, visa, sobretudo, ampliar e agilizar uma autêntica participação popular a todos os níveis e etapas na política

de saúde.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O Sr. Erondy Silvério — Deputado, peço a Vossa Excelência apenas trinta segundos.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Peço desculpas a Vossa Excelência e concedo o aparte neste momento.

O Sr. Erondy Silvério — Estou concordando com Vossa Excelência, apenas desejo reparar uma injustiça que Vossa Excelência fez quando se referiu à questão de desapropriação das terras inundadas por Itaipu, e disse que o PDS estava aí, de braços cruzados, e que a imprensa tinha dado apenas cobertura ...

O SR. WALDYR PUGLIESI — Não foi isso que afirmei.

O Sr. Erondy Silvério — Absolutamente isso não ocorreu. Porque, "O Estado do Paraná" publica, hoje, uma fotografia até muito bem tirada do nobre Líder do PMDB, moço simpático, está lá, hoje, quase numa página inteira. Agora, cada um luta com as armas que tem. Vossas Excelências se incorporam aos colonos. Nós temos um atalho de chegar, efetivamente, a quem decide.

E os Deputados integrantes da região, integrantes do PDS estão, efetivamente, neste momento, tratando desse problema. Afora isso, estou concordando com quase tudo que Vossa Excelência está dizendo. Vossa Excelência está, hoje, realmente, amargurado. Vossa Excelência investiu até contra o Pelé, quer dizer, Vossa Excelência está amargurado, não há o que convença Vossa Excelência.

Agradeço.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Gostaria de retomar a minha afirmativa.

Quando estava falando a respeito do papel da imprensa, deixei aqui como costume fazer, sem medo das consequências, coloquei com muita clareza o seguinte: vi, amargurado, um noticiário dizer que o Governador estava preocupado com a sorte dos colonos, que o PDS em Brasília estaria se reunindo com o Ministro Golbery, o verdadeiro Presidente da República deste País, que o PDS isso, aquilo, Ney, fulano, beltrano, e eu falei, e o meu Partido que está lá? E o Nelton que está lá, e o Kirinus que está lá em nome do Partido? Por que o Paraná não toma conhecimento que o PMDB está lá como sempre esteve?

Essa a mágoa que deixei aqui registrada. E, em relação ao Dr. Edson Arantes do Nascimento, que é o homem que mais vende ...

O Sr. Erondy Silvério — Vitassay.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — (Faz soar os tímpanos).

Está encerrada a hora que Vossa Excelência tinha para ocupar a tribuna.

O Sr. Nelton Friedrich — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a questão de ordem levantada pelo Deputado Nelton Friedrich.

O Sr. Nelton Friedrich — Sr. Presidente, só concederíamos dez minutos do horário da liderança, para que o Deputado Waldyr Pugliesi concluísse o seu pronunciamento. Os

outros cinco minutos seriam ocupados pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa defere e está com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço. A minha preocupação, sabe qual é? Nesse País se comete tanto crime e a gente vê um criminoso churrasqueando nas ruas principais, se enriquecendo, engordando e as vítimas ficam lá.

Naquele artigo que escrevi e alguns companheiros viram, faço relacionamento com um outro companheiro nosso João Ainec que teve que extirpar um testículo porque foi torturado e neste País é proibido falar em tortura, porque isso é revanchismo. O meu companheiro João Ainec está sem um testículo porque foi torturado aqui em Curitiba, pelos órgãos de repressão da ditadura, e aquele está lá sem o pênis e agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é capaz que os médicos, alguns médicos da minha cidade, aliados a outros médicos do Paraná com a cobertura de associações, venham provar que o "pipi" do Marcos, o "pinto" do Marcos é que estragou o bisturi do médico. Talvez cheguem até a dizer isso, como o canalha que tem o diploma de médico falou, que eles poderiam se reunir e provar que o menino era defeituoso e o registro da operação? Este é o chão que nós estamos pisando, sem máscara, sem mentirosos da ordem do Sr. Pelé que volto a repetir, um canalhoide que não fez nada pela raça dele, que está marginalizada dentro deste País, porque aqui um homem branco burro leva vantagem sobre um negro inteligente. Uma mulher branca e burra leva vantagem sobre uma mulher negra, inteligente, na disputa do seu trabalho, do seu emprego e um homem imbecilizado bate a a mulher branca inteligente e a negra inteligente.

Essas são as nossas misérias, as nossas deficiências. Nós precisamos ter a coragem de assumir a nossa feiúra, abrir o caminho de esperança que está à nossa frente, dizendo das nossas desqualificações, assumindo e fazendo auto-crítica, e não ficarmos em cima de torres de marfim. Botarmos a nossa vista no chão acovardados, diante de um homem como o General Milton Tavares que vem com duas escopetas querendo dizer que vai se fazer uma revolução neste País. E se essas armas estão sendo carregadas para cá para a direita, que esta sim é golpista! Esta sim é que se enquadra, que age durante a noite. Os democratas não fazem quadrilhas, os democratas querem oxigênio para discutir as suas idéias! Os democratas perdem com a cabeça erguida. Mas democrata não rasteja não rasteja na frente de alguém, nem dessa ditadura, nem na de Pinochet, nem daquele bandido que tomou posse nos Estados Unidos e quer jugular a vida do latino-americano da América Central. Reagan vai beijar o pó da derrota. A humanidade não aceita mais, Hitlers revividos aqui e acolá!

Nós queremos decência, liberdade, justiça, queremos que os nossos atos sejam avaliados por homens e não por crápulas. O bisturi é uma arma santa na mão do médico competente, daquele que fez o juramento de Hipócrates e o respeita. É uma arma de tortura, de morte na mão daqueles que estão aí a aleijar esse sofrido povo. Medicina doente, e medicina enferma para um povo que quase não para de pé de fome. E ainda a gente vê, como vi outro dia, o suprasumo da pouca vergonha, uma frase num caminhar: "vá trabalhar vagabundo", como se neste País, e eu conheço centenas ...

(balbúrdia na Bancada do PDS)

... Isso PDS, faça bagunça, mas nós vamos falar e continuar! Desrespeitem o orador que está na tribuna e esperem o resultado na urna! Vocês serão sepultados também e aqueles que se comportam assim, no desrespeito!

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem. Pediria ao orador que não nos atacasse, porque a nossa

está ouvindo atentamente o discurso e não temos a culpa de ser a maioria preferida pelo povo, por sermos do PDS. Pediria que o orador não nos atacasse, porque dentro da humildade peculiar aos homens do Paraná, nós pertencemos a esta parcela de gente que luta pelo povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, continuo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem um minuto para o término de sua oração.

Gostaria que a minha liderança me orientasse no sentido se paro por aqui, ou se continuo até o final do meu pronunciamento.

O Sr. Erondy Silvério — Ainda bem que agora ele baixou em cima da liderança dele.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, que ele utilize todo o horário integral da liderança, porque o pronunciamento do Deputado Fidelcino Tolentino é um expediente da liderança e poderá ser feito depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. No ano passado o INAMPS gastou cento e sessenta e cinco bilhões de cruzeiros. Isso mesmo, cento e sessenta e cinco bilhões de cruzeiros. Uma arrecadação fantástica que foi distribuída da seguinte forma: sessenta e cinco por cento para o INPS que cuida das pensões e aposentadorias. Vinte e cinco por cento para o INAMPS, sete por cento para o CEME, Central de Medicamentos, três por cento para o IAPAS — Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social. Todo aquele dinheiro não reduziu as doenças, a subnutrição, o índice de mortalidade entre os brasileiros. E também não criou um sistema de saúde pública, de assistência médica e hospitalar de qualidade. Grande parte daquele recurso transformou-se em lucro de empresas privadas, de clínicas credenciadas pelo INAMPS, de médicos incompetentes como o Sr. Walter Buzalaf que castrou o menino.

E aqui é bom que se fale que tem por aí todo no Paraná gente se fantasiando de candidato a Deputado Federal, Estadual e não sei o que pelo partido oficial, porque estão na chefia de certos escritórios do INPS ou não sei o que lá. Mas nós denunciaremos isto na época oportuna.

A verdade é que o lucro não é compatível com a medicina. A única solução definitiva será a socialização dos serviços de assistência médica e hospitalar no País. É a nossa posição, assumida com clareza, à luz do dia, não em conchavos de madrugada.

Enquanto isso não acontecer todos serão prejudicados, menos os poucos que embolsam os polpudos lucros auferidos com as tragédias como a daqueles dois meninos.

De imediato acredito que este Poder deva encaminhar uma moção à Ordem dos Médicos para que investigue responsabilidades nestes dois casos. Porque o médico lá é credenciado. E que encaminhe ao INAMPS pedido para que retire o credenciamento do médico Walter Buzalaf até que seja apurada sua condição de continuar exercendo a profissão.

Não é justo que um médico que comete um erro de tal gravidade, continue com cobertura de um instituto público, possivelmente cometendo outros atos de incompetência, de desmazelo, de desrespeito.

Proponho que a Comissão de Saúde participe ativamente deste processo, convocando os médicos e empresários responsáveis por aqueles atos a depor; convocando também o povo a depor sobre suas dificuldades. Não acredito que a categoria dos médicos se constitua basicamente de médicos incompe-

tentes como o Sr. Walter Buzalaf. Tanto é que a maioria está lutando para melhorar condições de trabalho para poder exercer com honestidade as suas funções. O sistema atual serve a poucos e eles precisam ser afastados para que se possa construir algo melhor e sobre princípios mais altos, para que possamos um dia colocar em vigência um programa de saúde realmente voltado para os interesses populares, como este que apresentei em seus alinhamentos principais.

Agradeço as deferências de meu partido ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nós acompanhamos, ao contrário do que Vossa Excelência afirmou da tribuna, eu pelo menos acompanhei com muita atenção ...

O SR. WALDYR PUGLIESI — Não me referi a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — O pronunciamento de Vossa Excelência teve muito conteúdo. Aliás, embora discorde de algumas colocações que Vossa Excelência fez, foi um pronunciamento muito importante.

Veja Vossa Excelência. Vossa Excelência concluiu com medidas altamente benéficas e moralizadoras e até de incentivo ao funcionamento deste Poder. Contará com o nosso apoio.

Vossa Excelência não precisava ter agredido nossa bancada, não precisava ter agredido o nosso Governo estadual, porque não temos culpa que um médico é incompetente. Nem sabemos a ideologia daquele médico, não conhecemos nem a sua filiação partidária. Não sabemos se ele é do PDS, se ele é do PMDB, ou do PC, ou do PP que queira.

Apenas quero dizer que Vossa Excelência concluiu de forma brilhante, apresentou sugestões enriquecidas a este plenário e que terão nosso apoio.

Apenas lamentamos que Vossa Excelência investisse contra nossa bancada, dizendo que seríamos sepultados. Faz tempo que estamos ameaçados de sepultamento mas continuamos vivos, mais vivos do que Vossa Excelência pensa porque a cada ano aumentamos a nossa bancada nesta Casa.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Volto a dizer,, nobre Líder do PDS, que as críticas que fiz ao Governo do Estado foi naquele contexto em que falei de liberdade de imprensa, da coragem daquele jornalista do interior e não estava no contexto da matéria em si.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência consulta o PP se deseja fazer uso do horário reservado à sua Liderança.

O SR. DÁCIO LEONEL — No horário, falará o Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O problema da terra se torna mais agudo, a cada dia, no Estado do Paraná. O fluxo constante de migrações preencheu as metas da ocupação e do povoamento do solo, com a devastação da floresta virgem e com o alargamento das fronteiras agrícolas.

Temos assistido, por esse motivo, entre nós, o fenômeno da "enxamagem", isto é, do êxodo dos descendentes de colonos, seja para as cidades, seja para outros Estados e até mesmo para o Paraguai.

A "enxamagem" se origina, sobremaneira, do fato da terra ir sendo dividida e sub-dividida ao infinito entre filhos e netos, e assim, a propriedade ir se tornando um minifúndio anti-econômico, sem condições de garantir o sustento de tantos membros da família.

O problema da terra ainda mais se agravou no Paraná, em consequência do plano energético, pela construção de usinas hidroelétricas. O aproveitamento da nossa abundante hulha branca exige a construção de extensos reservatórios, e esses requerem o alagamento de extensas áreas de terras cultiváveis.

O nosso Estado, vai se apequenando, em razão da inundação programada, com vultosos prejuízos à economia particular e pública. Os prejuízos provêm da cessação da produção agrícola e pecuária, e provocam a retirada para os núcleos urbanos, de milhares de trabalhadores rurais, inaptos para o tipo de atividade profissional que as cidades dispõem.

O proprietário rural é despojado da terra que lhe pertencia. O posseiro sofre mais ainda. Isso porque, a avaliação da propriedade e das benfeitorias, obedece a critérios irracionais, desumanos e espoliativos. Está sempre abaixo do valor real, e o pagamento da indenização se retarda de meses e de ano, de modo que o preço a ser pago se corrói ante a galopante inflação de mais de 100 por cento.

Os acontecimentos na região de Itaipu onde está sendo construída a maior usina hidrelétrica do mundo, comprovam, à larga, o que vimos afirmando.

O reservatório a ser formado excederá de muito à área de mais de mil quilômetros quadrados, abrangendo parte do Paraguai e maior parte do Paraná. Os sítios e fazendas foram desapropriados para fins de utilidade pública, e a desapropriação está levando os desapropriados ao desespero. Os preços da terra ficaram muito aquém do verdadeiro preço vigente na época da desapropriação, agravada a sub-avaliação feita pelas empresas paulistas CESP e Furnas, com a demora do pagamento.

A agitação entre os proprietários e os posseiros está aumentando, e poderá ter nefastas consequências. São mais de oito mil chefes de família que não concordam com o aviltamento preconcebido de suas propriedades agrícolas e com a marginalização a que estão sendo levados.

Houve, no domingo, grande concentração dos interessados em Santa Helena, para exigirem a reavaliação das terras, elevando o preço para 500 mil cruzeiros o alqueire de terra nua, bem como a reavaliação das benfeitorias existentes, inclusive das estradas construídas pelos proprietários, e que passaram ao domínio público.

A Binacional Itaipu não quer chegar nem aos 300 mil cruzeiros, e subestima as benfeitorias, dando-lhes valor irrisório. A revolta cresceu a ponto de haver sido necessária a intervenção da Comissão Pastoral de Justiça e Paz, através do seu Presidente, advogado Wagner Rocha D'Angelis, que compareceu inclusive à concentração de Santa Helena.

Os agricultores não aceitam, em hipótese alguma, o aumento de 28 por cento sobre a avaliação, ou melhor, sobre a sub-avaliação anteriormente feita pelos paulistas em terras paranaenses.

Elaboraram extenso relatório, em que consignam suas legítimas reivindicações e o documento será entregue à direção da Binacional Itaipu, a fim de ser atendido em todos os seus itens.

Não há otimismo quanto ao sucesso da iniciativa, em face da posição assumida pelo advogado Paulo Cunha, representante da Binacional, que persiste em não ouvir as reivindicações dos agricultores.

Os proprietários rurais e os posseiros chegaram ao limite da paciência, pois o problema vem se arrastando desde 1979. Decidiram então, realizar a "marcha sobre Foz do Iguaçu", a fim de acamparem defronte à sede da administração da Binacional Itaipu, num clima de ordem e tranquilidade pública.

A resposta a essa decisão não demorou: o Bispo de Foz do Iguaçu foi informado de que a Polícia Militar mobilizou forte contingente, sob o pretexto de garantir a incolumidade dos canteiros de obras e demais instalações, e sob o pretexto de impedir qualquer atentado à segurança nacional. Em outras palavras, as vítimas da espoliação não têm o direito de protestar contra a lesão do direito de propriedade, assegurado pela Constituição Federal e não têm o direito de mostrar publicamente como estão sendo gravemente prejudicados, porquanto, com a ligeireza e desfaçatez que caracterizam os grupos no Poder, as vítimas poderão ser ainda enquadradas na odienta Lei de Segurança Nacional.

Como pessoa humana, não poderíamos permanecer impassíveis diante do drama que vem ocorrendo no Oeste Paranaense. Havíamos discutido este problema de inegável seriedade, em outras ocasiões, desde a tribuna parlamentar. E não poderíamos calar quando o problema se torna mais agudo e mais premente. Queremos justiça. Protestamos contra a espoliação de pequenos agricultores.

Numa tentativa de sensibilizar o Poder Público, a fim de que não ocorra conturbação mais grave na região, requeremos o envio do seguinte telegrama aos Srs. Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Presidente do Conselho de Segurança Nacional, Presidente da ELETROBRÁS, Presidente da Binacional Itaipu e Governador Ney Braga, telegrama que tem o seguinte teor:

"Preocupado com nefastas consequências, motivadas pela ligeireza e arrogância com que estão sendo tratadas as justas reivindicações pequenos proprietários e posseiros, desapropriados a preço vil das terras e benfeitorias da região de Itaipu, esta Assembléia Legislativa encarece urgência no atendimento reivindicações contidas memorial elaborado em nome de mais de 8 mil chefes de famílias despojados suas propriedades agrícolas, elevando para nível adequado preço desapropriação, massa pequenos agricultores pequena e pacata, respeitadora de autoridades constituídas, sem qualquer intenção provocar confusões na região, como grupos interessados, maliciosamente estão propalando em levar mobilização contingentes, fortemente armados, melhor seria busca solução mais racional e mais humana, pagando-se aos desapropriados, em menos de 30 dias, o preço justo das terras e pelas benfeitorias, inclusive pelas estradas particularmente construídas e que são hoje servidão pública. Problemas dessa natureza e dessa gravidade não se resolvem com ameaça de contingentes armados, mas com pagamento a curto prazo pelo valor real do que está sendo desapropriado. Representantes do povo paranaense apelam bom senso e patriotismo a Vossa Excelência, para feliz e rápido desfecho, agudo problema Itaipu".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. (DECLINA)

Consulta ao PDS. (DECLINA).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Edilson Alencar e David Cheriegate, devidamente apoiado, constante do expediente. - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 74/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DA ADOLESCENTE - A.P.A., com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 85/80, de autoria do Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, com sede e foro na cidade de Prudentópolis. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS ROTARIANAS - CASA DA AMIZADE DE FAXINAL, com sede e foro na cidade de Faxinal. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

PROJETO DE LEI Nº 145/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS ROTARIANAS - Casa da Amizade de Faxinal, com sede e foro na cidade de Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social e da filantropia junto à comunidade de Faxinal.

O reconhecimento público municipal já foi consagrado através da Lei Municipal nº 222/80, de 30 de junho de 1.980, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento das exigências legais previstas ao reconhecimento público estadual, o que estamos propondo aos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 145/80

P A R E C E R

O projeto em tela, que visa considerar de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos Casa da Amizade de Faxinal, está perfeitamente enquadrado nas obrigações previstas pela Lei nº 15.478, que regula a matéria. Assim sendo, não temos dificuldade em subscrever o nosso parecer favorável.

Ressaltamos, na oportunidade, a sua preocupação muito justa em incluir, como parte de seu projetado programa, a instalação de uma creche para crianças carentes.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente
RENATO BUENO, Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/80 de autoria do

Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA SÃO JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

PROJETO DE LEI Nº 165/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA SÃO JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública, tem por finalidade atendimento às pessoas carentes de vestuários, alimentação e atendimento aos idosos e crianças necessitadas de apoio moral e espiritual.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 165/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente plano de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o Templo Espiritualista São João Maria Agostinho, com sede e foro na cidade de Curitiba.

O plano de lei em epígrafe, vem devidamente articulado e se encontra na conformidade do estabelecido pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO - Presidente
ADALBERTO DAROS - Relator

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacir Brandão, ocorrido em Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Raimundo de Carvalho, ocorrido na cidade de Ibaiti. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilton Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB, indicando os Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Técnicas desta Casa de Leis. - Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Educação e da Cultura e Governador do Estado, encarecendo o cumprimento da Lei nº 6708, que garante os reajustes semestrais de salários aos professores e funcionários da Fundação Universidade Estadual de Londrina. Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH - (Pela ordem) Solicito de Vossa Excelência que proceda verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, solicito que se proceda a chamada nominal para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Acham-se presentes 42 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida.

(É feita a verificação de votação).

14 Srs. Deputados aprovam; 26 Srs. Deputados rejeitam.

— **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências diante dos acontecimentos que envolveram o Diretório Central dos Estudantes de Londrina, ameaçado de perder sua sede e seus bens, por força da decisão judicial em favor da Universidade Estadual de Londrina — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao INCRA e ITC, sugerindo a estes órgãos a criação de equipes especiais com livre trânsito junto a outros órgãos consultivos no tocante à regularização de terras para atender prioritariamente as áreas dos futuros reservatórios de Itaipu e Ilha Grande. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando um voto de solidariedade e apoio aos membros da Comissão de Representação dos futuros expropriados pelas barragens de Ilha Grande, no Paraná, e Porto Primavera, no Mato Grosso do Sul. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar). Sr. Presidente.

A questão levantada pelo Deputado Kirinus, através deste requerimento, dá ensejo a que se volte à discussão do problema das expropriações para construção de usinas hidrelétricas no Estado do Paraná.

Como não foi possível, Sr. Presidente, falar a respeito do problema de Itaipu naquela oportunidade do horário da liderança, sou premido pelas circunstâncias a vir a esta tribuna, denunciar um fato gravíssimo que se esboça próximo ao canteiro de obras, mais precisamente próximo ao centro executivo da Binacional Itaipu, em Foz do Iguaçu.

São praticamente, ou quase, mil agricultores que se aglomeraram nas proximidades do centro executivo da Binacional Itaipu, para reivindicar o preço justo das terras que foram expropriadas e ainda não indenizadas pela Usina de Itaipu.

Acontece que agora, Sr. Presidente, as forças de segurança interna da usina Binacional, assessoradas e compostas também pelas forças de segurança do Estado e alicerçadas psicologicamente pelo Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu, estão impedindo o acesso dos agricultores ao diálogo franco e aberto a que sempre se propuseram a fazer com os diretores da Binacional Itaipu.

O clima de insegurança e de tensão é tão sério, Sr. Presidente, que a segurança oficial e oficiosa agora está alertando a população de todas as residências próximas a evacuarem as crianças porque pode ocorrer um clima de violência. Isto quer dizer, Sr. Presidente, estimular ao confronto entre os agricultores e os aparatos de segurança.

É absolutamente impossível que os organismos repressores ou oficiais, para manterem a segurança, queiram criar o desequilíbrio de entendimento, queiram gerar a tensão nos agricultores, provocando a que eles se insurjam contra o aparato ali preparado.

A notícia que temos é das piores, Sr. Presidente, e causa preocupação. Esta é uma das razões que venho encaminhar,

neste requerimento, solicitando a atenção da classe política e das autoridades, para que tenhamos a visão clara e justa do que pode ocorrer.

Veja, Sr. Presidente, quem está motivando a subversão. Quem está motivando a desordenação dos entendimentos pacíficos do diálogo que sempre imperou junto aos agricultores. Eles rejeitam, sob quaisquer tipos de ameaças, a provocação que os organismos de segurança promovem, para serem motivados a reprimir com violência a pretensão dos agricultores.

Não é possível que neste País tenhamos ainda, a esta altura das aberturas democráticas, de ser passivos à pusilanidade dos poderosos.

O apelo que fazemos e que deixamos aqui, é de que as autoridades responsáveis pela segurança, tenham cuidado com os agricultores. Aqueles homens apenas desejam que a Constituição seja cumprida. Eles estão buscando o cumprimento do dever; o dever do trabalhador. Eles só desejam terras. Desejam apenas a indenização justa, prevista pelo Artigo 153 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, aqueles homens que lá estão, a serviço da segurança, sempre e insistentemente fazem provocações no Brasil, em vários pontos do País. E falam de segurança no País?

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, por delegação de poderes dos agricultores, especialmente a nossa bancada, a bancada do PMDB, que esteve, está e estará presente em todos os movimentos justos e pacíficos que se fazem reivindicando o que a Constituição lhes garante.

Foi preciso entrar com mandado de segurança, nobre Presidente, para que os agricultores pudessem se localizar nas proximidades da Binacional, visando apenas e tão somente, uma forma de diálogo mais próximo à Binacional Itaipu.

E o que estamos assistindo? Um aparato militar, impedindo que os agricultores possam dialogar aberta e democraticamente. E que democracia é esta, Sr. Presidente, em que os aparatos militares, as organizações de segurança de baionetas caladas, de mosquetões e de aparatos químicos, buscam reprimir a pretensão dos agricultores?

Rejeitamos, com os agricultores, qualquer tipo de violência. Não se aceita a provocação de nenhum dos componentes daquela comissão dos agricultores.

E no encaminhar deste requerimento, Sr. Presidente, fazemos um apelo a todas as autoridades constituídas: respeitem o direito previsto na Constituição, é só o que desejam: preço justo, substituição de terras, e diálogo pronto e aberto, baseados até não só na legalidade ou na legitimidade do direito constitucional mas sobretudo nesta proclamada abertura política.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa bancada, reunida na tarde de ontem, resolveu conversar com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Ney Braga, e com o Presidente do nosso Partido, Deputado Norton Macedo.

E, neste momento, por certo, estarão reunidos com Sua Excelência o Sr. Ministro Chefe da Casa Civil do Governo Federal, General Golbery do Couto e Silva.

Representando a nossa bancada perante o Governo Federal, lá estarão o Deputado Federal Antônio Mazureck, representante legítimo do povo de Foz do Iguaçu e região Oeste paranaense, acompanhado do Deputado Alípio Ayres de Carvalho, Coordenador da nossa bancada, e do Deputado Norton Macedo, Presidente do nosso Partido, para estudarem

junto com Golbery, uma maneira pacífica para que se resolva urgentemente os casos que estão acontecendo, com as desapropriações das terras, que serão inundadas pela Binacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a certeza absoluta que o nosso Partido não está assistindo calado, está atentamente lutando, mais do que aqueles que gritam, única e exclusivamente, para aparecerem nas horas em que devemos participar para acalmar e nunca tumultuar.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o governo federal, na realidade, pague o preço justo que aqueles agricultores e proprietários de terras têm direito pelas terras férteis que o Oeste do Paraná dedica para o desenvolvimento de nosso País.

Mas, a construção de Itaipu também é uma necessidade e haveremos de, juntos, nosso Partido e o Governo, reivindicando e lutando, para que se chegue a uma conclusão urgente e necessária em benefício dos agricultores e da própria Itaipu Binacional.

O que queremos é o diálogo, a ajuda dos Parlamentares que sugeriram aos agricultores daquelas áreas que serão inundadas, para conversarem com o Departamento Jurídico da Itaipu e com o próprio Presidente Costa Cavalcanti que, nesta tarde, está se dirigindo a Foz do Iguaçu para, mais de perto, tomar conhecimento do que está havendo naquela cidade.

Tenho certeza que haveremos de resolver com calma e tranquilidade, que sangue nenhum vai ser derramado — isto é o que a Oposição quer para que se dê manchetes aos jornais e dizer que eles estão resolvendo.

Mas aqui, queremos união ...

(tumulto) (Soam os tímpanos)

... queremos a continuidade. Nunca desejamos e queremos ver as Forças Armadas tangendo nosso povo, ferindo nosso povo, porque devemos a eles o desenvolvimento do nosso País. E sabemos disso. E para lá, haveremos de ir, com o resultado concreto.

Queremos ir com resultado que beneficie esse povo.

Por isso, nosso Líder e Vossa Excelência, Sr. Presidente, apelaram juntamente com o Governador, para que a nossa bancada, no Congresso Nacional se reúna hoje com Golbery do Couto e Silva, para que levem ao Presidente Figueiredo a nossa posição de tranquilidade, de respeito e, acima de tudo, em favor do povo do Oeste do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, a Oposição foi acusada de querer sangue.

Eu, talvez em nome dessa Oposição, vou fazer um apelo neste momento. Também, há alguns meses atrás, estávamos dialogando diretamente com o Sr. Governador do Estado, juntamente com ilustres Deputados da Situação, para que resolvesse o problema do suinocultor.

O que aconteceu, Sr. Presidente?

Quando exatamente estávamos dialogando e achando soluções, houve intervenção do Exército, e com baionetas, caladas, os suinocultores foram tirados da estrada.

Veja, Sr. Presidente, que não queremos sangue, tanto que vamos fazer um apelo neste momento ao Sr. Líder do Governo, que tome o Governo do Estado u'a medida concreta. E essa medida concreta deveria ser urgente, já e agora, a determinação simples e pura de que a Polícia Militar não envergonhasse o Estado, interferindo numa briga, numa reivindicação justa dos colonos, reconhecida por todos.

Aí viríamos aqui, novamente, para cumprimentar o Sr. Governador, se a Polícia Militar do Estado lá não estivesse. Deixem esse ônus àqueles que pensam serem os donos do Brasil, que se incrimine as Forças Armadas, como o fizeram no

no Sudoeste do Paraná.

Porque, Sr. Presidente, no jornal "O Estado de São Paulo", de ontem, para vergonha de todos os brasileiros, reproduz um artigo do "Financial Times", de Nova Iorque, onde, em cifras exatas, diz qual foi a propina que as empresas internacionais receberam: dez bilhões, duzentos e trinta milhões de cruzeiros.

Talvez seja a cifra Senhor Presidente que falta para indenizar os colonos. Por isso, Senhor Presidente, recomendo a leitura de "O Estado de São Paulo", de ontem, numa das suas páginas de Economia, onde uma charge diretamente brasileira, saída no "Financial Times", aquela charge traz cidadãos por baixo da mesa a darem propinas a grandes empresários.

Há todo o esquema lá, para quem quiser ler, e há a cifra exata tirada não de um jornal de oposição do Brasil, mas de um jornal que transmite inclusive a preocupação do empresário americano que não têm mais podido concorrer com os empresários europeus, porque lá está proibida a passagem de propinas e diz a cifra exata da propina da binacional, que eu repito: dez bilhões, duzentos e trinta milhões de cruzeiros.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta Casa hoje tome uma atitude, que o Governo do Estado tome uma atitude. Sejam os homens e o Senhor Governador que determine às Forças da Polícia Militar se lá estiverem, que não entrem no mérito da questão, que se retirem e que deixem para os chamados poderosos o ônus. O Paraná está pagando muito caro a Itaipu, quer com as suas terras perdidas, quer com as favelas hoje existentes em Foz do Iguaçu, com as mazelas sociais que ficarão, estamos pagando muito caro e quem assim não acreditar, que pegue um boletim do nosso BADEP, onde demonstra claramente que o Paraná está sendo sugado e o BADEP é insuspeito. São dados, são números que estão a demonstrar a necessidade de sermos corajosos neste momento. Executivo, Legislativo e Judiciário nos unamos e deixemos o ônus da coisa para aqueles que se dizem prepotentes e donos deste País.

Que as Forças Armadas vão lá e façam o que pensam que é o direito, mas que nenhum paranaense pegue em armas, que se locomova para impedir que os colonos exijam o que de direito for. Para que nenhum paranaense se mancomune com essas falcatuas que a Itaipu Binacional é a autora, que nenhum paranaense se mancomune com este homem que se diz, será o novo Presidente imposto neste País, o Sr. Costa Cavalcanti, um homem que para estes Deputados, estes mesmos Deputados que aqui estão, deu apenas 15 minutos para fazer perguntas lá em Itaipu.

Por isso, Sr. Presidente, fica o apelo à liderança do Governo que telefone ao Sr. Governador e que em nome desta Casa peça para que as Forças Militares deste Estado não intervenham. Vamos criar um caso neste País. Já não chega o da Bahia, já não chega o do suinocultor quando a nossa Polícia Militar foi posta sob ordens do Exército, pois o próprio Governador estava a dialogar.

Por isso, Sr. Presidente, esse apelo, Sr. Líder do Governo, que as nossas forças paranaenses não intervenham em Itaipu e vamos juntos, assim como está fazendo, segundo as palavras do Deputado Tércio Albuquerque, procurar soluções, mas que as soluções sejam antes de mais nada, para os paranaenses que vivem naquela região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de Erondy Silvério, que requer votação nominal para o requerimento de Gernote Kirinus.

Em votação. — Aprovado.

De acordo com o requerimento aprovado, esta Mesa submeterá a aprovação. Os Srs. Deputados...

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DARCY DEITOS — Eu gostaria que Vossa Excelência informasse à Casa qual o requerimento que está em discussão e em votação no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — É o requerimento de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, sobre voto de solidariedade e apoio.

O SR. DARCY DEITOS — Ilha Grande! Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A votação será feita nominal. Os Srs. Deputados que votarem favorável dirão sim, e os contrários, não. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação).

(Responderam "sim" os seguintes Srs. Deputados):

Gilberto Carvalho

Fiori Luiz

Augusto Carneiro

Ezequias Losso

Edilson Alencar

Adalberto Daros

Aguinaldo Pereira Lima

Airton Cordeiro

Antônio Cotrim

Antônio Facci

Dácio Leonel

Darcy Deitos

David Cheriegate

Deni Schwartz

Egon Pudell

Erondy Silvério

Fidelcino Tolentino

Francisco Escorsin

Gabriel Manoel

Gabriel Sampaio

Gilberto Agibert Filho

José Domingos

Jurandir Messias

Leônidas Chaves

Nelton Friedrich

Nelson Buffara

Nestor Baptista

Palácios

Quielse Crisóstomo

Renato Bueno

Romero Filho

Túlio Zanchet

Tércio Albuquerque

Trajan Bastos

Valduga

Waldyr Pugliesi

Werner Wanderer

37 Srs. Deputados votarão pela aprovação. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro à douta Presidência, para que na comunicação a ser feita se conste o nome dos Srs. Deputados que votaram, o seu voto e também a sigla partidária de cada Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e tomará as providências.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados integrantes da bancada paranaense com assento na Câmara Federal, sugerindo aos mesmos que se dignem apoiar o Projeto de Lei n.º 797/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., encarecendo que não seja desativada a linha de trens de passageiros que atende Londrina e toda a região norte do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a criação dos Distritos Judiciários de São José do Itavó e Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências visando sejam efetuados reparos no prédio da Delegacia de Polícia de Pato Branco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da RADIPAR, encarecendo esforços no sentido de dotar Janiópolis com uma repetidora de televisão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo que envide esforços visando a instalação de Agência BANESTADO na sede do Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à BANESTADO REFLORESTADORA, na pessoa de seus Diretor-Presidente e Diretor-Técnico, cumprimentando-os pela campanha de distribuição de mudas de árvores, realizada em nosso litoral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda, Diretor do Banco do Brasil S/A. e Diretor da CACEX - Carteira de Comércio Exterior, da agência do Banco do Brasil de Londrina, com a finalidade de agilizar o processo de exportação de toda região Norte do Estado, evitando desta forma que os fechamentos de câmbio sejam somente feitos em Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações a respeito da viabilidade de criação e instalação de Postos de Saúde nos Distritos e localidades ribeirinhas e remanescentes junto à Bacia de Itaipu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando a recuperação da Rodovia "PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA" no trecho compreendido entre Jaguariaíva e Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte,

cumprimentando-o pelo sucesso da promoção "Festival Global de Pratas de 1981". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho no Estado, encarecendo a regularização do Posto do Ministério do Trabalho em Campo Mourão, o qual se acha desativado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo providências imediatas para apuração das responsabilidades criminais dos atos de tortura a que foi submetido o Sr. Adão Leodoro Alves no interior da Delegacia de São Jorge D'Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial do jornal "Diário do Paraná". — **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao BNDE, em forma de apelo no sentido de que sejam liberados, com urgência, recursos da ordem de 300 milhões de cruzeiros para o BADEP. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Equipe "E", chefiada pelos Srs. Wilian, Espiridião e Davi e integrada pelos agentes policiais Arizeu Martini, Gilberto Guedes Jr., José Manfron Sobrinho, Oliveiros Pires, Vicente Sarapaski e Alceu Déia, pela dedicação, coragem, eficiência e alto espírito público no desempenho de suas funções, vieram desbaratar perigosa quadrilha, a qual vinha aterrorizando a população de nossa Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, encarecendo a implantação do sistema de distribuição de energia elétrica na localidade de Vila Borges, bairro do Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de aplauso ao jornal "Diário Popular", pela comemoração dos 18 anos de sua existência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências no sentido de substituir os postes de madeira por postes de concreto, na linha que liga os Municípios de Quitandinha à Campo do Tenente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, acompanhado da justificativa feita da tribuna, encarecendo estudos no sentido de ser ampliada a faixa de isenção da taxa judiciária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Trabalho e ao Sr. Delegado Regional do Trabalho do Paraná, encarecendo providências no sentido da criação de um Posto Regional daquele Ministério, na cidade de Porecatu. — **Aprovado.** — Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que aquela autoridade federal se posicione, oficialmente, pela permanência do diferencial de 2% sobre café exportado pelo Porto de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo o seu apoio aos cotonicultores paranaenses, totalmente desassistidos na comercialização de seus produtos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento entre a sede do Distrito de Luisiana, Município de Campo Mourão e a PR-T-487, entre Campo Mourão-Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Cultura e Esportes, consubstanciado em apelo no sentido de estimular o Folclore e Artes Populares, sediada nesta cidade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o Editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Na Raiz dos Problemas". — **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta Ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho do Paraná, pela passagem do 9.º aniversário frente à direção daquela Delegacia. — Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, encarecendo o imediato início das obras de construção do contorno rodoviário da cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministro das Minas e Energia e diversas autoridades, encarecendo medidas justas e urgentes para a solução do problema dos pequenos proprietários de terras que estão sendo indenizados pela ITAIPU. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valduga, Lázaro Dumont e Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos cafeicultores brasileiros pela realização do Encontro a ser realizado em Poços de Caldas. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira,

à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 74 e 85/80.

2.^a DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 145 e 165/80.

Marcando ainda uma sessão para a sexta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 111 e 153/80.
Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Mário Celso, em sessão plenária do dia 18 de março de 1981.

“CRISE E QUESTÃO SOCIAL

Somos um dos países do mundo em que se decretou a incompatibilidade entre a administração pública e programa social de governo. Felizmente para a humanidade não são gerais tais exemplos.

A comunidade internacional constitui-se num espectro bastante variado, desde classes e ideologias dominantes, até as filosofias dentro dos mesmos parâmetros de classe. Contudo, os padrões de conduta que endereçam as nações numa mesma perspectiva de construção econômica e social indicam alguns consensos que devem ser pesados.

Nos países ocidentais desenvolvidos, em que pesem reveses temporários sob a ótica de governos ultraconservadores, programa social de governo é a manutenção e aperfeiçoamento de condições de trabalho — manter a oferta de emprego e garantir desempregados por fatores conjunturais com fundos e serviços, como principal agente da estabilidade social — e também criar e manter meios para sustentação de aposentados, pensionistas, menores, inválidos e desajustados do sistema de produção. Programas que facilitem o aperfeiçoamento técnico, a habilitação profissional, a educação e a saúde são outros aspectos decisivos ao equilíbrio social para o que chamamos igualdade de oportunidades democráticas.

Essa visão mínima das responsabilidades de governo com programas sociais pode ser vista apenas como idéia de algum mandatário. É uma herança social universal, crivada e aperfeiçoada por partidos políticos e governos em cada etapa da vida social das nações. É uma das contradições entre a conduta política das classes dirigentes nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos está na atitude a respeito da filosofia do desenvolvimento econômico e no enfrentamento da questão social.

Por vezes, acredita-se como necessário à capitalização nacional, ao engrandecimento das empresas e dos recursos de Estado, que sejam minimizados os recursos dos programas sociais; que mesmo neles se promovam inserções privadas orientadas pelos mesmos padrões de ganho de outros setores de produção. E isto está ocorrendo entre nós.

Ocorre, no entanto, que os técnicos em planejamento e na orientação econômica do governo, fartamente, devem saber que a economia dos países desenvolvidos se caracteriza por relativa homogeneidade, onde está presente o controle dos lucros de setores fundamentais, -- como forma de manter a estabilidade do conjunto econômico social --, em todos os setores da sociedade. O mesmo não ocorre na grande maioria dos países subdesenvolvidos, que tem sua economia modernizada e de ponta regida pelos padrões internacionais de custos e preços, e atividades e experiências econômicas ainda sob o regime de competição local e até anarquia de produção e comercialização. Ao lado, carências sociais muito amplas e profundas, que estão a exigir pronto atendimento.

Citemos a estabilidade no trabalho, o controle das condições de trabalho, os programas de apoio às pequenas e médias atividades econômicas, no campo e na cidade, os programas de saúde e assistência social, de aposentadoria e pensões, de amparo à infância, aos inválidos e à velhice, e de educação como pontos críticos no sistema econômico-social brasileiro. Entre eles destacam-se prioridades já anotadas e que são especialmente aquelas que se referem diretamente ao acesso ao trabalho e suas garantias, o apoio às pequenas e médias atividades econômicas -- responsáveis pela maior parcela de emprego e até de produção em muitos setores essenciais -- e os programas de saúde e assistência social na sua amplitude.

É muito perigoso para nossa sociedade, que se instaurem remédios para equilibrar a economia sem atentar para as dimensões que vem assumindo a questão social no país. Massas desempregadas e enormes contingentes de subalimentados não acreditam na hierarquia social estabelecida pelo governo para resolver os desafios da inflação. E nós, também, não consideramos padrão de racionalidade.”

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado João Mansur, em sessão plenária do dia 18 de março de 1981.

“NA RAZ DOS PROBLEMAS

Com tantas das virtudes que Plutarco definiu para os Varões, o prof. Anibal Carneiro, mestre de gerações de paranaenses, abalança-se, no seu entusiasmo de servir ao Paraná, seu povo e sua terra, numa nova empreitada. Fundando a Associação Liceana de Educação (“Gazeta do Povo”, 16.03.81), na qual pretende congrega, como integrantes honorários, todos os ex-alunos do histórico Liceu Rio Branco, o prof. Carneiro definiu, em brevíssimas palavras, a base motivadora da Associação: valorização do homem do Paraná e do bom aproveitamento de nossa terra. Das definições à ação, a personalidade empreendedora desse mestre não conheceu distâncias. Amanhã, num jantar no Juventus, a Associação Liceana vai aos fatos concretos, na sua primeira iniciativa formal e pública, distinguindo as figuras de João Mansur, presidente da Assembléia Legislativa; desembargador Acyr Saldanha de Loyola, Corregedor Geral da Justiça e Mário Stadler de Souza, presidente da Federação da Agricultura do Paraná e elevado, recentemente, às funções de membro do Conselho Monetário Nacional.

Ex-alunos do Liceu, reencontraram, agora, na vibração paranaense de Anibal Carneiro, no cenáculo dessa Associação, as razões de uma cruzada às quais “Gazeta do Povo” se identifica muito bem, pelo seu permanente posicionamento -- como o mais tradicional matutino de nossa terra -- em favor da valorização das gentes destas Araucárias e da busca pelas soluções dos problemas que são inerentes a um tempo de nosso desenvolvimento econômico-social. É fácil ver no empreendimento consagrado nessa Associação Liceana uma estrutura debruçada sobre as causas paranaenses, nas quais se destaca a necessidade de dar o valor justo às figuras que formam o perfil humano do Estado. Sobre elas recaem, na atualidade, o peso atlântico de responsabilidades graves. Imantados, inclusive pelos laços da saudade de um tempo de despreocupação, em que formavam suas personalidades -- num trabalho em que o prof. Carneiro teve participação que não se esquece -- essas figuras, que amanhã serão distinguidas e outras que a elas se juntarão na continuidade dos trabalhos da Associação Liceana, são, nas suas áreas respectivas, Varões que têm peso de decisão e de estabelecimento de rumos para a nossa sociedade. Se os objetivos básicos dessa estrutura são de ênfase aos valores humanos e do “bom aproveitamento de nossa terra”, muitos deles têm, permanentemente, na pauta de suas preocupações, problemas econômicos, de decisiva influência para a realidade social paranaense. Se a ilustração fosse

permitida, sublinharíamos — com o recurso dos próprios exemplos que se nos foram dados pelo prof. Aníbal Carneiro — o caso da “febre da soja”. Plantamos essa oleaginosa usando sementes controladas por multinacionais; adubos e corretivos manipulados pelas multinacionais, usamos máquinas agrícolas vendidas pelas multinacionais, restando ao agricultor o risco, ao lado do esforço de plantar, com um “PROAGRO” que é uma contrafação de uma realidade política de apoio integral ao lavrador. E para quê? Para que o homem paranaense, que amou a terra, seja — depois — vítima de um processo de comercialização que estiola sua possibilidade de lucro. Ou, então e num outro ângulo, fazemos sojicultura, enquanto que, “no campo, homens, mulheres e crianças, torturados pela fome, já não conseguem sequer o feijão, que constituía seu alimento básico. A produção de feijão caiu para dar lugar à soja — exportada para os países ricos, onde serve de alimento ao gado” (“O Desafio Mundial”, de Jean-Jacques Servan-Schreiber, no capítulo “O Cometa Brasileiro”, pág. 227). Ou, ainda, produzimos fibras para alimentar os teares catarinenses e paulistas, quando não se assiste — escândalo econômico dos escândalos econômicos — ao inefável “passeio do trigo”, em que esse cereal do Paraná é encaminhado para moinhos paulistas, retornando ao nosso mercado consumidor com fretes, encargos sociais dos trabalhadores de São Paulo e tantos outros gravames diretos e indiretos que encarecem o pão nosso de cada dia. Deixamos, sequer, de plantar o trivial. Não é, apenas, o caso do feijão, mas até dos horti-

frutigranjeiros, que importamos de outras terras. Quando se quer, nacionalmente, vencer a dependência brasileira na produção de maçãs — e o que se faz nos campos guarapuavanos é um milagre de boa-vontade e esforço de nossa gente — a tecnologia de Brasília dá verdadeiros “golpes de graça” na capacidade criadora de nossa gente, para atender aos produtores dessa fruta do Vale do Rio Negro, na Argentina, apenas, para favorecer as possibilidades de exportações de manufaturados dos grandes centros industriais brasileiros, que precisam ser vendidos para esse país, a fim de melhorar nossa anemiada balança cambial.

Os problemas são múltiplos, no Paraná. Na medida em que, civicamente, em entidades como a Associação Liceana, aglutinarmos nossas lideranças humanas, é natural que o tema do “bom aproveitamento de nossa terra” esteja em pauta, admitindo-se como certa e correta a tese de nosso amor às causas paranistas.

A empreitada do prof. Aníbal Carneiro pode ter toques de visionária, quando não de quixotesca, num sentido alto. Mas, tantos de seus ex-alunos, hoje em funções preeminentes, sabem que o idealismo amadurecido da pureza de um mestre é, certamente, um rumo. E ele nos aponta esse caminho, como contribuição de sua permanente juventude de entusiasmo, quando se fala no Paraná, nas nossas gentes e nos destinos da terra que nos é comum.”